

DIÁLOGO GLOBAL

10.3

3 edições por ano em múltiplos idiomas

Falando de sociologia
com Robert Kuttner

Johanna Grubner

Clima e mudança

Md. Rezwana Siddiqui
Markus Wissen
Vishwas Satgar
Joan Fitzgerald

COVID-19:
Pandemia
e crise

Mahmudul Hasan Laskar
Attila Melegh
Iliana Olivie e Manuel Gracia
Brigitte Aulenbacher, Petra Ezzeddine,
Dóra Gábel, Michael Leibfinger,
Kinga Milankovics, e Veronika Prieler
Dev Nath Pathak
Michele Grigolo e Craig Lundy

Perspectivas
teóricas

Syed Farid Alatas

In Memoriam:
Yogendra Singh

Mir Suheel Rasool

Reimaginando a sociedade

S.A. Hamed Hosseini
Barry Gills
Scott Timcke
Shelene Gomes

Sociologia do
Sri Lanka

Siri Hettige
Subhangi M.K. Herath
Kalinga Tudor Silva
Farzana Haniffa
Premakumara de Silva

Seção Aberta

> **A questão do lixo plástico na China**

REVISTA



International
Sociological
Association
isa

VOLUME 10 / EDIÇÃO 3 / DEZEMBRO 2020
<https://globaldialogue.isa-sociology.org/>

DG



> Editorial

A seção “Falando de Sociologia” traz uma entrevista com o renomado jornalista Robert Kuttner, que lê a obra de Karl Polanyi para a análise do contemporâneo. Partindo da situação política e econômica, no início do século XX, a entrevista discute as tendências atuais da globalização, a necessidade de economias nacionais fortes para fortalecer a tomada de decisão democrática e questões de inclusão e exclusão em tempos de crescente migração internacional.

Nosso primeiro simpósio aborda uma das questões urgentes de nosso tempo: as mudanças climáticas. Por um lado, os artigos discutem os efeitos sociais das mudanças climáticas que não estão prontamente associados às discussões ecológicas, como questões de democracia e migração. Por outro lado, as contribuições, apresentadas nesta seção, esboçam alternativas possíveis para uma maior destruição ambiental por meio do capitalismo.

No momento em que escrevemos, a pandemia COVID-19 e seus impactos ainda dominam grande parte do mundo, embora de maneiras diferentes. É por esse motivo que, novamente, incluímos uma seção sobre a COVID-19, com o objetivo de coletar análises de todo o mundo. Com contribuições da Índia e da Europa analisando questões que vão desde assistência domiciliar, caridade e migração até as possibilidades da sociologia pública durante o bloqueio, esta seção especial oferece um vislumbre das discussões atuais em nosso campo.

A crise do COVID-19 também é o ponto de partida para a profunda reflexão de Syed Farid Alatas sobre o papel e o impacto do pensamento e da teoria sociológica na sociedade em geral.

Esta edição apresenta uma homenagem a Yogendra Singh, um pioneiro da sociologia indiana que faleceu este ano. Sua pesquisa sobre modernização e tradição na Índia pós-colonial foi inovadora.

Três contribuições visam a repensar a sociedade e refletir sobre os desenvolvimentos atuais, bem como sobre o significado da sociologia. S.A. Hamed Hosseini e Barry Gills assumem uma perspectiva transformadora, enquanto Shelene Gomes e Scott Timcke discutem como abordar a sociedade a partir de uma perspectiva sociológica.

Nosso foco regional, nesta edição, destaca a pesquisa sociológica do Sri Lanka. Elaborado por Siri Hettige, esta seção destaca a disciplina vibrante neste país, em questões que vão desde o exame de conflitos violentos no Sri Lanka à questão da unidade e, ainda, fornece insights sobre a história da sociologia e antropologia no país.

A ‘Seção Aberta’ volta à questão da globalização e desastres ecológicos ao discutir a crise do lixo plástico na China. ■

Brigitte Aulenbacher e Klaus Dörre,
editores do *Diálogo Global*

> O *Diálogo Global* pode ser encontrado em múltiplos idiomas no [website da ISA](#).
> Submissões devem ser enviadas a globaldialogue.isa@gmail.com.

ISA International
Sociological
Association

**DIÁLOGO
GLOBAL**



> Equipe editorial

Editores: Brigitte Aulenbacher, Klaus Dörre.

Editores assistentes: Johanna Grubner, Christine Schickert.

Editor associado: Aparna Sundar.

Editores executivos: Lola Busuttil, August Bagà.

Consultor: Michael Burawoy.

Consultor de mídia: Juan Lejárraga.

Conselho editorial:

Sari Hanafi, Geoffrey Pleyers, Filomin Gutierrez, Eloísa Martín, Sawako Shirahase, Izabela Barlinska, Tova Benski, Chih-Jou Jay Chen, Jan Fritz, Koichi Hasegawa, Hiroshi Ishida, Grace Khunou, Allison Loconto, Susan McDaniel, Elina Oinas, Laura Oso Casas, Bandana Purkayastha, Rhoda Reddock, Mounir Saidani, Ayse Saktanber, Celi Scalón, Nazanin Shahrokni.

Editores regionais

Mundo Árabe: (Tunísia) Mounir Saidani, Fatima Radhouani, Habib Haj Salem; (Argélia) Souraya Mouloudji Garroudj; (Marrocos) Abdelhadi Al Halhouli, Saida Zine; (Líbano) Sari Hanafi.

Argentina: Magdalena Lemus, Juan Parcio, Martín Urtasun.

Brasil: Gustavo Taniguti, Angelo Martins Junior, Andreza Galli, Dmitri Cerboncini Fernandes, Gustavo Dias, José Guirado Neto, Jéssica Mazzini Mendes.

Casaquistão: Aigul Zabirowa, Bayan Smagambet, Adil Rodionov, Almash Tlespayeva, Kuanysh Tel, Almagul Mussina, Aknur Imankul, Madiyar Aldiyarov.

França/Espanha: Lola Busuttil.

Índia: Rashmi Jain, Nidhi Bansal, Pragya Sharma, Manish Yadav.

Indonésia: Kamanto Sunarto, Hari Nugroho, Lucia Ratih Kusumadewi, Fina Itriayati, Indera Ratna Irawati Pattinasarany, Benedictus Hari Juliawan, Mohamad Shohibuddin, Dominggus Elcid Li, Antonius Ario Seto Hardjana, Diana Teresa Pakasi, Nurul Aini, Geger Riyanto, Aditya Pradana Setiadi.

Irã: Reyhaneh Javadi, Niayesh Dolati, Abbas Shahrabi, Sayyed Muhamad Mutallebi, Faezeh Khajehzade.

Polónia: Beata Maluchnik, Justyna Kościńska, Jonathan Scovil, Sara Herczyńska, Weronika Peek, Kamil Lipiński, Aleksandra Wagner, Aleksandra Biernacka, Jakub Barszczewski, Adam Müller, Zofia Penza-Gabler, Iwona Bojadziejewa.

Romênia: Raluca Popescu, Raisa-Gabriela Zamfirescu, Diana Alexandra Dumitrescu, Iulian Gabor, Bianca Mihăilă, Alexandra Mosor, Maria Stoicescu.

Rússia: Elena Zdravomyslova, Anastasia Daur, Valentina Isaeva.

Taiwan: Wan-Ju Lee, Hung Tsung Jen, Tao-Yung Lu, Po-Shung Hong, Yu-Chia Chen, Yu-Min Huang, Yu-wen Liao, Bun-Ki Lin.

Turquia: Gül Çorbacioğlu, Irmak Evren.



As contribuições apresentadas nesta seção abordam uma das questões urgentes de nosso tempo, a **mudança climática**. Não apenas discutimos seus efeitos sociais que não estão prontamente associados às questões ecológicas, como questões de democracia e migração, mas também esboçamos alternativas possíveis para a destruição ambiental do capitalismo.



O Diálogo Global continua sua série sobre a situação atual e a crise que as pessoas enfrentam em diferentes países devido ao **COVID-19**. Com contribuições da Índia e da Europa em questões que vão de assistência domiciliar, caridade e migração a possibilidades da sociologia pública durante o isolamento, esta seção especial oferece uma visão das discussões atuais em nosso campo.



Concentrando-se na **sociologia do Sri Lanka**, esta seção destaca a vibrante disciplina nesse país, que vai desde questões de conflitos violentos até a questão da unidade nacional. A seção também fornece vislumbres sobre a história da sociologia e antropologia no país.



O **Diálogo Global** é possível graças à generosa contribuição da **SAGE Publications**.

> Nesta edição

Editorial 2

> FALANDO DE SOCIOLOGIA

Sobrevivendo ao capitalismo global com Karl Polanyi
Entrevista com Robert Kuttner
Por **Johanna Grubner, Áustria** 5

> CLIMA E MUDANÇA

Migração climática no Sul da Ásia
Por **Md. Rezwan Siddiqui, Bangladesh** 8

A crise climática e a questão da democracia
Por **Markus Wissen, Alemanha** 10

Depois do capitalismo: ecossocialismo democrático?
Por **Vishwas Satgar, África do Sul** 12

Como a ação climática urbana pode reconstruir comunidades
Por **Joan Fitzgerald, EUA** 14

> COVID-19: PANDEMIA E CRISE

Caridade como status e estigma: isolamento social na Índia
Por **Mahmudul Hasan Laskar, Índia** 16

Migração de cuidados e demografia política
Por **Attila Melegh, Hungria** 18

A COVID-19 pode levar ao fim da globalização?
Por **Iliana Olivé e Manuel Gracia, Espanha** 20

Enfrentando a COVID-19: cuidadores na Europa Central
Por **Brigitte Aulenbacher, Áustria; Petra Ezzeddine, República Tcheca; Dóra Gábrriel, Hungria; Michael Leiblfinger, Áustria; Kinga Milankovics, Hungria; Veronika Prieler, Áustria** 23

Sociologia pública no Sul da Ásia durante o isolamento
Por **Dev Nath Pathak, Índia** 25

Sociologia pública: enfrentando a pandemia
Por **Michele Grigolo e Craig Lundy, Reino Unido** 27

> PERSPECTIVAS TEÓRICAS

Distanciamento social: a relevância da sociologia
Por **Syed Farid Alatas, Cingapura** 29

> IN MEMORIAM

Yogendra Singh: Um pioneiro da moderna sociologia indiana
Por **Mir Suheel Rasool, Índia** 32

> RE-IMAGINANDO A SOCIEDADE

Sobre a urgência de (re)integração com o radical
Por **S.A. Hamed Hosseini, Austrália** 34

Para além de “Koyaanisqatsi”: reimaginando a civilização
Por **Barry Gills, Finlândia** 36

Rastafari e a reinvenção das Índias Ocidentais
Por **Scott Timcke e Shelene Gomes, Trinidad e Tobago** 38

> SOCIOLOGIA DO SRI LANKA

Sociologia do Sri Lanka em contextos globais e locais
Por **Siri Hettige, Sri Lanka** 40

Sociologia do Sri Lanka – um olhar através do tempo
Por **Subhangi M.K. Herath, Sri Lanka** 42

Refletindo sobre paz, conflito e violência
Por **Kalinga Tudor Silva, Sri Lanka** 44

Analisando a violência: a formação do Estado do Sri Lanka
Por **Farzana Haniffa, Sri Lanka** 46

Limites indistintos:
antropologia e sociologia no Sri Lanka
Por **Premakumara de Silva, Sri Lanka** 48

> SEÇÃO ABERTA

Globalização e dependência:
a questão do lixo plástico na China
Por **Pinar Temocin, Japão** 50

“A década de 2020 pode ser considerada a década mais crucial do século mais crítico da história humana, quando “exigir o impossível” se torna a única opção “realista” para as forças revolucionárias emergentes”

S.A. Hamed Hosseini

> Sobrevivendo ao capitalismo global com Karl Polanyi

Entrevista com Robert Kuttner



Robert Kuttner. Credit:os: Robert Kuttner.

Robert Kuttner é co-fundador e co-editor da revista *The American Prospect* e professor da Brandeis University's Heller School. Ele foi colunista de longa data da *Business Week* e do *The Washington Post*. Kuttner foi, ainda, fundador do *Economic Policy Institute* e atua em seu conselho e comitê executivo. Autor de doze livros, suas obras mais recentes são *Can Democracy Survive Global Capitalism?* e *The Stakes*, que aborda democracia e as eleições de 2020. Seus outros livros incluem o best-seller de 2008 da *New York Times*, *Obama's Challenge: American's Economic Crisis and the Power of a Transformative Presidency*, e sua obra

de 2013 sobre a crise financeira, *Debtors' Prison: The Politics of Austerity Versus Possibility*. Seu livro anterior mais conhecido é *Everything for Sale: The Virtues and Limits of Markets* (1997). Sua contribuição para revistas, cobrindo a interação entre economia e política, apareceu na *The New York Times Magazine* e *Book Review*, *The Atlantic*, *Harpers*, *The New Republic*, *New York Review of Books*, *The New Yorker*, *New York Magazine*, *Mother Jones*, *Village Voice*, *Commonweal*, *Dissent*, *Foreign Affairs*, *New Statesman*, *Political Science Quarterly*, *Columbia Journalism Review*, *Harvard Business Review*, e *Challenge*. Seus cargos anteriores incluíram redator da equipe nacional e colunista do *The Washington Post*, investigador-chefe do Comitê Bancário do Senado dos EUA, diretor executivo da Comissão Nacional de Bairros do Presidente Carter e editor de economia do *The New Republic*. Ele ganhou vários prêmios, incluindo o Prêmio Paul Hoffman do Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas por seu trabalho, de uma vida inteira, em eficiência econômica e justiça social. Aqui, ele é entrevistado por **Johanna Grubner**, pesquisadora PhD na Universidade Johannes Kepler, Linz, Áustria, e editora assistente do *Diálogo Global*.

JG: Em seu livro *Can Democracy Survive Global Capitalism?* publicado em 2018, você se baseia na análise de Karl Polanyi do início do século XX e argumenta que, atualmente, estamos enfrentando uma situação

semelhante, tanto econômica quanto politicamente. Você poderia elaborar este argumento para nossos leitores e explicar como a abordagem de Polanyi é útil para sua análise do capitalismo global?

>>

RK: No início do século XX, as elites financeiras e seus aliados políticos permitiram que o capitalismo bruto superasse outros mecanismos de resiliência social. Isso foi exacerbado pelas exigências do Tratado de Versalhes, que combinava o *laissez-faire* com uma mentalidade de cobranças de dívidas e austeridade econômica. O resultado foi que a vida se tornou economicamente insuportável para as pessoas comuns, especialmente na Alemanha e na Áustria, e muitas pessoas se voltaram para o fascismo. Fizeram isso porque perderam a fé nas instituições parlamentares e porque o nacionalismo político e econômico extremo parecia prometer um caminho melhor.

Na narrativa de Polanyi, os três mecanismos do sistema econômico do século XIX eram o padrão-ouro, o comércio *laissez-faire* e a ideia de que o trabalho tinha que encontrar seu preço, como mercadoria, no mercado. Os paralelos com o momento atual são exatos, com equilíbrio orçamentário e austeridade fiscal no papel do padrão ouro, a Organização Mundial do Comércio (OMC), e a ideologia do neoliberalismo promovendo o comércio global não regulamentado e as proteções trabalhistas sendo extintas em nome de comércio livre. Mais uma vez, o *laissez-faire* produziu uma catástrofe econômica para as pessoas comuns e a reação política se transformou em ultranacionalismo.

O que é ainda mais assustador é que aprendemos no pós-guerra que é possível, por uma questão de economia, amortecer o capitalismo puro com proteções sociais. Isso torna o sistema mais produtivo e mais justo. Mas o período posterior a 1973 mostrou que esse é um equilíbrio muito difícil de sustentar do ponto de vista político. Os capitalistas não gostam das restrições e resistem a elas.

A consequência foi a mesma das décadas de 1920 e 1930. Quando os trabalhadores sofreram deslocamentos e o centro político já não os defendia, eles, então, se voltaram para a extrema direita. Na década de 1990, muitos se voltaram para a esquerda moderada, mas na década de 1990 a esquerda moderada também adotou a maior parte da fórmula neoliberal.

Agora temos um neofascista liderando o país mais poderoso do mundo, os Estados Unidos; há neofascismo tanto na velha como na nova Europa e muito pouco em termos de socialistas democráticos credíveis. Tudo isso é puro Polanyi.

JG: *Ao lado dessas semelhanças significativas, a produção capitalista de hoje é, por exemplo, organizada ao longo de cadeias de valor globais, frequentemente empregando “produção just-in-time”. Isso não representa uma diferença consequente com a economia global da década de 1930? E por que a análise de Polanyi ainda é frutífera?*

RK: Na verdade, a mudança para cadeias de suprimentos globais torna Polanyi mais relevante do que nunca. Com as grandes corporações terceirizando para a Ásia, onde há trabalhadores muito mal pagos e explorados, torna-se muito mais difícil manter contratos sociais nas democracias para

proteger os trabalhadores dos caprichos do mercado. As cadeias de abastecimento globais são mercados livres com esteroides.

JG: *Nos Estados Unidos, assim como na América Latina e na Europa, o populismo de direita está crescendo. Como você vincula a ascensão do populismo de direita em lugares como Europa, Estados Unidos e América Latina, bem como a ascensão do neofascismo que você descreveu antes, à globalização do capitalismo e ao enfraquecimento da regulação estatal?*

RK: O problema não é a globalização do capitalismo em si. Tínhamos uma forma de capitalismo globalizado sob o sistema de Bretton Woods de 1944, que foi explicitamente planejado para dar às nações bastante espaço político e político para criar economias de pleno emprego protegidas das pressões deflacionárias do capital privado global. Mas a versão da globalização imposta desde o advento da OMC e do Tratado de Maastricht, na Europa, é expressamente projetada para usar doutrinas de livre circulação de mercadorias, serviços, capitais (e, no caso da Europa, de pessoas) para minar a capacidade democrática de políticas para regular, restringir e proteger o capital. Mais uma vez, a reação das pessoas deslocadas é se voltar para os ultranacionalistas e populistas de direita (e raramente, como na Bolívia, para populistas de esquerda).

JG: *No passado, os movimentos de resistência às desigualdades do capitalismo aspiraram a ser expressamente internacionalistas. Você vê relevância e espaço para tais movimentos que buscam superar o patamar nacional hoje, ou as vantagens estratégicas do Estado-nação são a melhor opção para o momento?*

RK: Como sugeri, o Estado-nação é o locus da política e da cidadania democrática. Mas, como o acordo de Bretton Woods e as convenções da OIT demonstram, o cidadão internacional e a solidariedade trabalhista são muito importantes como contrapeso ao poder do capital internacional. O problema é que o período de Bretton Woods foi excepcional. Na maioria das circunstâncias, o internacionalismo é, na prática, o internacionalismo do capital, não da cidadania.

JG: *Em seu trabalho, você descreve como “economias mistas” geraram uma prosperidade sem precedentes para a Europa e os Estados Unidos após a Segunda Guerra Mundial. Você pode descrever o sistema de “economia mista” e sua relação com a democracia e a autonomia dos Estados?*

RK: A economia mista foi uma frase do economista Paul Samuelson para se referir a uma economia que era basicamente capitalista, mas complementada por um estado de bem-estar e, em alguns casos, por planejamento público e propriedade pública, além de regulamentação rígida do setor financeiro e outras indústrias importantes. A economia mista também incluiu a regulamentação da agricultura, a capacitação estatal dos sindicatos como parceiros sociais legítimos e outros usos do governo para limitar o capitalismo puro. Como a cidadania

>>

é expressa no nível do Estado-nação, a maioria dessas políticas é implementada nacionalmente. A experiência da Europa com uma confederação, no geral, enfraqueceu a regulamentação do capitalismo e fortaleceu o capital. Isso foi previsto e saudado por Hayek. Para Polanyi, uma economia mista não era suficiente, como economia ou como política. O que era necessário era o socialismo democrático.

JG: Uma velha questão para a esquerda em muitos países continua a ser: como pode o socialismo democrático em uma nação individual sobreviver e resistir às pressões do capitalismo global? Polanyi oferece novas percepções sobre esse dilema?

RK: Requer governos de esquerda nos principais países ou barreiras explícitas contra o poder das finanças globais. O caso da Viena Vermelha de Polanyi durou cerca de quinze anos. Em seguida, foi destruído por forças maiores. Tivemos pelo menos algo como social-democracia, senão socialismo democrático, por duas ou três décadas após a Segunda Guerra Mundial, e com maior duração na Suécia. Portanto, se os cidadãos forem mobilizados, o socialismo democrático em um país pode sobreviver por, pelo menos, uma ou duas gerações. E como Keynes escreveu a famosa frase, no longo prazo estaremos todos mortos. No entanto, se o sistema global for suficientemente hostil à socialdemocracia doméstica, mesmo sistemas consensuais como os da Suécia ou da Dinamarca estão em risco. Benefícios sociais e salários decentes são considerados globalmente não competitivos. O globalismo enfraquece as regulamentações domésticas. O Tribunal de Justiça Europeu, que representa o neoliberalismo global em um continente, considerou vários aspectos dos contratos sociais da Escandinávia como incompatíveis com a lei básica da União Europeia. Assim que os neoliberais chegaram ao poder em Estocolmo e Copenhague, eles começaram a minar deliberadamente a lógica institucional da solidariedade social. Portanto, precisamos revisar o sistema global, bem como recuperar as políticas internas de país por país. As duas coisas caminham juntas.

JG: Para sustentar a democracia dentro do capitalismo global, você argumenta a favor de economias nacionais fortes. No seu entendimento, o que é necessário para mediar o fortalecimento do Estado com as desigualdades globais mantidas por meio da cidadania?

RK: Acho que uma economia justa precisa ser principalmente nacional porque a cidadania democrática é nacional. No entanto, os cidadãos de países ricos que consomem uma parte desproporcional dos recursos do mundo também têm a responsabilidade de trabalhar pela sustentabilidade ambiental e maior igualdade econômica global. O *laissez-faire* é uma forma de tentar igualar a renda global, mas o faz aumentando a desigualdade política e econômica dentro dos países, degradando a democracia, e também falha em lidar com a catástrofe climática. Como Nicholas Stern observou, a mudança climática global é o maior caso de falha de mercado da história. Alcançamos justiça climática e maior igualdade global restringindo o

laissez-faire, e não o libertando.

JG: Em uma época significativamente marcada pela migração e pela fuga, o conceito de cidadania com suas desigualdades inerentes não é sem contradição. Como você vê as demandas como desvincular direitos democráticos do status de cidadania?

RK: Sim, isso é complicado. Se você vai ter uma democracia, isso traz, irrevogavelmente, a questão da adesão. Os membros de uma democracia são conhecidos como cidadãos. Dito isso, uma democracia decente estende os direitos humanos básicos aos não cidadãos, mesmo que eles não possam votar. E embora os não cidadãos sejam considerados estrangeiros, ninguém deve ser considerado estranho aos direitos humanos fundamentais. Esse é o propósito dos tratados e convenções básicos sobre direitos humanos. Em geral, as democracias mais robustas, como as nações escandinavas, tendem a apoiar mais os direitos universais básicos, mesmo para pessoas que não são seus cidadãos.

Mas esses tratados e convenções são tão bons quanto sua aceitação e aplicação pelos signatários nacionais. A Convenção sobre Refugiados de 1951, assinada e ratificada por 145 nações, exige que os Estados admitam requerentes de asilo que tenham um temor fundado de perseguição. A convenção também concede aos refugiados acesso aos tribunais. Mas tanto as disposições explícitas quanto a intenção mais ampla da Convenção são amplamente ignoradas ou desafiadas, à medida que as nações hostis aos imigrantes e refugiados fazem distinções inventadas entre refugiados econômicos e políticos e tornam a vida miserável para aqueles que procuram asilo. O mesmo tipo de evasão é amplamente usado para negar os direitos humanos básicos dos trabalhadores que são fornecidos nas convenções da Organização Internacional do Trabalho, que também foram acordadas por todas as principais nações.

JG: A pandemia COVID-19 e os desenvolvimentos econômicos, sociais e políticos subsequentes parecem equivaler a uma crise profunda e contínua em muitos países. Em sua opinião, quais são os riscos para a relação entre capitalismo e democracia?

RK: A pandemia demonstra a necessidade de governança eficaz e a incapacidade do mercado privado de remediar as crises de saúde pública. Vacinas e regimes de teste são bens sociais. Os países com governos nacionais eficazes fizeram o melhor para conter a propagação do vírus. Eles o fizeram em colaboração com a Organização Mundial da Saúde e ONGs privadas, mas a liderança tem sido governamental. Se Donald Trump fosse um neofascista competente, poderia ter demonstrado a eficácia de um aspirante a ditador. Mas ele provou ser incompetente e também corrupto, mostrando assim a necessidade de um governo que seja eficaz e democraticamente responsável, e não apenas forte. ■

Contato com Robert Kuttner <kuttner@prospect.org>

> Migração climática no Sul da Ásia

Por **Md. Rezwan Siddiqui**, Universidade East West, Bangladesh



Um fenômeno climático na Mongólia chamado 'dzud', que descreve invernos extremos, ocorre cada vez com mais frequência. Especialmente quando combinada com verões muito secos, ela leva a um grande número de mortes entre os rebanhos dos quais grande parte da população depende para se alimentar. Crédito: Banco Asiático de Desenvolvimento / flickr.com. Alguns direitos reservados.

O Sul da Ásia (composto pelo Afeganistão, Bangladesh, Butão, Paquistão, Nepal, Maldivas, Índia e Sri Lanka), com uma população estimada de 1.836 bilhões (quase um quarto da população global), é uma das regiões mais densamente povoadas do mundo. Com economias em rápido crescimento, índices de desenvolvimento humano em melhoria contínua e rápida urbanização, o Sul da Ásia se tornou a última fronteira da batalha no desenvolvimento global.

A migração sempre fez parte da vida das pessoas no sul da Ásia. Sem dúvida, o crescimento econômico desigual é o principal motor da mobilidade no Sul da Ásia. No entanto, a influência de fatores ambientais é sempre proeminente também. A evidente tendência das pessoas de se realocarem (temporariamente/sazonalmente/permanentemente) para reduzir o risco de desastres naturais recorrentes e crises agrárias já era comum em narrativas pré-históricas. O tipo dominante de comportamento de mobilidade no Sul da Ásia é a migração interna (principalmente rural para urbana). A mobilidade internacional também não é incomum, especialmente nas últimas duas décadas, com um crescimento substancial na saída anual de migrantes (principalmente migração econômica/de trabalho) desta região. A mobilidade transnacional de pessoas entre os países do Sul da Ásia também é proeminente devido à sua longa história compartilhada, à semelhança no estilo de vida sócio-cultural e econômico e às fronteiras porosas.

A real vulnerabilidade às mudanças climáticas do Sul

da Ásia resultou não tanto da vulnerabilidade biofísica (mudanças nos parâmetros climáticos e os resultados de eventos climáticos extremos) quanto da vulnerabilidade socioeconômica (más condições socioeconômicas, altas taxas de pobreza, uma alta dependência de agricultura, infraestrutura insuficiente, governança fraca, etc.) de suas sociedades. De acordo com o Relatório Global sobre Deslocamento Interno 2020, cerca de 9,5 milhões de pessoas foram deslocadas, devido a desastres naturais (inundações, chuvas de monções e ciclones), do Sul da Ásia em 2019. Já há evidências suficientes de que a intensidade, frequência e impacto de todos esses perigos são intensificados pelas mudanças climáticas. De acordo com o Banco Mundial, dependendo dos esforços para resolver o problema, pode haver um adicional entre 18 e 40 milhões de migrantes climáticos até 2050.

Existem algumas características únicas das migrações climáticas no Sul da Ásia. Primeiro, a mudança climática não é o principal motivo da migração no Sul da Ásia, mas interage com outras vulnerabilidades socioeconômicas para exacerbar, substancialmente, o risco de migração. Há evidências crescentes de que as mudanças climáticas já estão minando a prosperidade econômica ao perturbar a segurança social e de subsistência. Além disso, as mudanças climáticas já estão afetando diretamente os serviços ecossistêmicos, a segurança alimentar, a saúde humana, além de impactar a capacidade agrícola e os meios de subsistência em todo o Sul da Ásia.

Em segundo lugar, precisamos entender que a maior parte da migração interna no Sul da Ásia se deve à razões econômicas, enquanto a maioria das migrações transnacionais e internacionais resultou do efeito misto de fatores políticos e econômicos. As mudanças climáticas estão agravando esses fatores de forma direta e indireta.



Na Ásia, os tufões ocorrem com maior frequência, destruindo o sustento das pessoas. Crédito: Banco Asiático de Desenvolvimento / flickr.com. Direitos reservados.

Terceiro, na maioria dos casos, não é fácil distinguir os migrantes climáticos dos demais. Esforços foram feitos, mas sem sucesso! Existe uma gama diversificada de comportamentos de mobilidade em todo o Sul da Ásia, adotados por indivíduos ou comunidades para minimizar o impacto das mudanças climáticas (e outras ameaças) em suas vidas e meios de subsistência. É impossível colocá-los todos em uma estrutura. Portanto, pode ser mais útil construir uma estrutura de migração climática em conjunto com a migração econômica e política e examinar o papel do impacto direto e indireto da mudança climática em (qualquer) comportamento de mobilidade.

Em quarto lugar, os dados sobre a interação entre as mudanças climáticas e os impulsionadores da migração são severamente limitados no Sul da Ásia, o que, inevitavelmente, resulta em formulação de políticas e gestão de migração deficientes. Além disso, a interação entre as mudanças climáticas e outros fatores (políticos, econômicos ou sociais) migratórios ainda não foram totalmente compreendidos, especialmente na escala micro.

Em quinto lugar, no sul da Ásia, as mudanças climáticas estão causando, predominantemente, a migração interna. Essa migração geralmente começa como uma mobilidade temporária ou sazonal e, em seguida, resulta em migração permanente. A maioria dos migrantes se dirige para áreas urbanas e geralmente segue a rede de migração e o padrão de migração gradual.

Sexto, a migração climática transnacional já é uma questão contestada para a região. Não há consenso entre as nações e governos sobre sua natureza, padrão e futuro. Para complicar ainda mais a questão, podemos ver que já se tornou uma questão altamente politizada na região, bem como uma preocupação de segurança (alardeada).

Sétimo, os países desta região estão entre as principais fontes de mão de obra barata para muitas economias desenvolvidas, principalmente administradas por meio de acordos bilaterais. Infelizmente, há uma competição

acirrada entre esses países neste setor. Às vezes, a migração de trabalho resultante é apontada como um dos processos de adaptação dos migrantes climáticos, o que dificilmente é verdade.

Oitavo, o resultado das decisões de mobilidade (e imobilidade) depende muito da capacidade do migrante e da sociedade para a qual ele migra. A capacidade das sociedades (especialmente das cidades) em acomodar a migração climática não aumentou muito até agora. Os migrantes ambientais e climáticos ainda são forçados a viver e sobreviver à margem da sociedade.

Em nono lugar, o regime de política de migração dos países do sul da Ásia visa, sobretudo, impedir qualquer mobilidade causada pelas mudanças climáticas, a fim de administrar recursos e serviços já limitados nas áreas de destino (urbanas). Poucos esforços são direcionados ao desenvolvimento da capacidade desses migrantes e a uma melhor acomodação do processo de migração. Recentemente, Índia e Bangladesh tomaram iniciativas para desenvolver cidades secundárias como cidades amigas dos migrantes. No entanto, essas políticas são frequentemente consideradas ineficazes devido ao fracasso em abordar a justiça social e à falta de planejamento de desenvolvimento centrado no ser humano. A captura tradicional da elite e a corrupção generalizada ainda são obstáculos significativos para o sucesso desses esforços.

Infelizmente, há pouca cooperação frutífera entre os estados do sul da Ásia, no que diz respeito à gestão dessas questões. Os esforços são restritos, principalmente, à arena acadêmica e de pesquisa e não se refletem no planejamento do desenvolvimento. Iniciativas para abordar a questão dos dados escassos por meio de um censo nacional abrangente também são inadequadas. Sem esforços para identificar os migrantes do clima, bem como para resolver o assunto por meio de políticas estaduais e regionais, resta pouca esperança para nós. ■

Contato com Md. Rezwan Siddiqui <rezsid@ewubd.edu>

> A crise climática e a questão da democracia

Por **Markus Wissen**, Berlin School of Economics and Law, Alemanha

Se pensarmos na crise climática, na política climática e na democracia liberal, em primeiro lugar há uma tensão que chama a atenção: combater a crise climática por meio de políticas climáticas eficazes parece muito difícil nas condições da democracia liberal. Isso é enfatizado pelos efeitos negativos dos tratados internacionais, com os quais (principalmente) estados liberais-democráticos concordaram nas últimas décadas. O Protocolo de Quioto de 1997 não ajudou a impedir o aumento das emissões globais de carbono, e a hesitação de muitas partes do Acordo de Paris (2015) em se comprometer com esforços mais ambiciosos dá poucos motivos para acreditar em uma política climática futura mais eficaz. Além disso, se levarmos em conta que estados autoritários como a China, apesar dos enormes problemas ambientais persistentes e de um modelo de desenvolvimento com uso intensivo de carbono, parecem ser capazes de aplicar grandes programas ambientais e de energia renovável, então, surge a questão de saber se a democracia liberal está realmente bem equipada para enfrentar um dos problemas mais urgentes da humanidade.

> Democracia liberal e capitalismo - uma afinidade estrutural

Na raiz das tensões históricas e empíricas entre crise climática, política climática e democracia liberal está um problema mais sistemático. A essência da democracia é a igualdade. A democracia liberal prevê a igualdade de todos os cidadãos na esfera política: o voto de um trabalhador nas eleições conta tanto quanto o voto de um CEO, e este último, como pessoa jurídica, não possui nenhum privilégio em relação ao primeiro. Sem dúvida, esta é uma conquista histórica.

Mas é apenas um lado da moeda. O outro lado consiste no fato de que a democracia liberal isola sistematicamente os centros de poder da sociedade da participação igualitária. As decisões empresariais são privadas, apenas as condições estruturais em que são tomadas podem ser influenciadas publicamente. Além disso, as partes interessadas, ou seja, todos aqueles que são afetados pelas consequências das decisões — os trabalhadores, as comunidades nas proximidades de uma fábrica, o público em geral —, não têm chance de participar igualmente no processo de tomada de decisão.

É aqui que a afinidade estrutural entre a democracia liberal e o capitalismo se torna visível. O estado liberal-democrático capitalista protege os direitos civis e políticos, bem como a propriedade privada; garante igualdade na esfera política e ao mesmo tempo é neutra em relação à desigualdade socioeconômica fundamental que decorre do fato de que poucos dispõem dos meios de produção e a maioria não tem mais nada para vender além de sua força de trabalho.

A contradição entre igualdade extra econômica e desigualdade econômica está sujeita a lutas permanentes. No passado, essas lutas resultaram em várias expansões de democracias liberais no Norte Global: as mulheres lutaram com sucesso pelo sufrágio e por um papel mais forte do estado na reprodução social; o movimento ambientalista conseguiu restrições sobre produtos perigosos e processos de produção; os migrantes têm lutado por uma extensão da cidadania; e as lutas do movimento operário resultaram em um compromisso de classe que consiste basicamente na aceitação dos trabalhadores de seu papel subalterno no modo de produção capitalista em troca de participação nos aumentos do lucro. Isso é o que a social-democracia representa: a expansão da democracia liberal na direção de estados de bem-estar social que não questionam a desigualdade constitutiva das sociedades capitalistas, mas ajudam a regular suas contradições.

> Democracias de carbono

Do ponto de vista ambiental, o problema é que a democracia liberal socialmente aprimorada sempre foi uma *democracia de carbono* (Timothy Mitchell), em um duplo sentido: Em primeiro lugar, os direitos sociais institucionalizados, ao longo do século XX, são, não menos, resultantes das lutas de mineradores, ou seja, de setores ambientalmente destrutivos que, no entanto, foram essenciais para todos os tipos de economia e atividades sociais e demais classes de trabalhadores dispusessem de um significativo poder estrutural. Em segundo lugar, as instituições redistributivas do estado de bem-estar social são projetadas de forma a depender de um crescimento econômico baseado no carbono.

Esta é a contradição ambiental básica da democracia liberal como forma política de capitalismo: as restrições de maximizar os lucros econômicos e regular as contradições sociais básicas necessariamente produzem custos socioecológicos que agora

>>

“Políticas climáticas eficazes estão fadadas ao fracasso enquanto os limites sistêmicos para lidar com a crise climática em condições liberal-democráticas e capitalistas não forem reconhecidos”

estão prestes a resultar em uma crise existencial. Políticas climáticas eficazes estão fadadas ao fracasso enquanto os limites sistêmicos para lidar com a crise climática em condições liberal-democráticas e capitalistas não forem reconhecidos.

Reconhecê-los não significaria retornar à soluções autoritárias. Embora este último possa implicar a exequibilidade e aceleração de certas medidas ambientais no curto prazo, falta-lhes a reflexividade necessária para o sucesso no longo prazo.

> Democracia radical

A reflexividade pressupõe deliberação. E deliberar só é possível em condições democráticas. O combate à crise climática, portanto, não requer menos, mas mais democracia. A democracia liberal deve ser empurrada além de seus limites inerentes; suas conquistas, que atualmente estão sob forte ataque da direita autoritária, devem ser salvas transformando o liberal em uma democracia radical. Isso significa que todos aqueles que são afetados por uma decisão têm o direito de participar igualmente no processo de tomada de decisão. A probabilidade de decisões ambientalmente reflexivas aumentaria, uma vez que aqueles que decidem são também aqueles que arcam com as consequências da decisão. Além disso, a democracia radical significaria criar instituições e procedimentos

que sancionariam, positivamente, formas solidárias de comportamento e, assim, apoiariam a aprendizagem democrática e os processos de subjetivação que poderiam ajudar a superar as subjetividades capitalistas que maximizam a utilidade.

Um ponto de entrada concreto para a democracia radical poderia ser o que tem sido chamado de economia fundacional ou socialismo de infraestrutura. Trata-se de repensar e reorientar a economia do ponto de vista da produção e dos serviços social e ambientalmente úteis: o cuidado de que todos dependemos e as infraestruturas de suporte à vida em áreas como saúde, alimentação, mobilidade, cultura, comunicação, água e eletricidade. Há muita experiência em colocar as infraestruturas sob controle público — uma experiência que sofreu com os ataques neoliberais das últimas décadas, mas, em muitos lugares, parece ter sofrido um renascimento durante a crise da COVID-19. Teria que andar de mãos dadas com a superação da divisão de trabalho por gênero. E poderia ser expandido para outras áreas que, ainda, são administradas por grandes corporações, mas teriam que ser colocadas sob controle democrático para evitar que agravem ainda mais a crise climática. ■

Contato com Markus Wissen <markus.wissen@hwr-berlin.de>

> Depois do capitalismo: ecossocialismo democrático?

Por **Vishwas Satgar**, Universidade de Witwatersrand, África do Sul e membro dos Comitês de Pesquisa da ISA sobre Economia e Sociedade (RC02) e Movimentos Trabalhistas (RC44)



Uma demonstração #FridaysForFuture em frente à Bolsa de Valores de Joanesburgo, realizada em 29 de novembro de 2019 na África do Sul.

Credito: Vishwas Satgar.

No mundo da vida do capitalismo contemporâneo centrado no carbono, automóveis consumidores de gás, aviões de alta tecnologia, grandes navios porta-contêineres e arranha-céus que usam energia são armas de destruição em massa. Quanto mais prevalecem essas relações sociais com o uso intensivo de recursos e centradas no carbono, mais a mudança climática é acelerada. Depois de romper o sistema terrestre, esta nova natureza capitalista — sob domesticação patriarcal, cientificamente observada e administrada — agora demanda uma geoengenharia e o carbono emitido tem que ser armazenado nos recessos profundos do planeta Terra; apesar das consequências incontroláveis para a vida no planeta, as torneiras de óleo só serão fechadas quando o último dólar for extraído desse recurso mortal. A lógica do capitalismo contemporâneo não é apenas sobre a expropriação, mas sobre o ecocídio; ou seja, a obliteração das condições necessárias para sustentar a vida humana e não humana no planeta Terra. Isso é o que Karl Marx chamou de “fenda metabólica do capitalismo” e Rosa Luxemburgo, a “conquista da economia natural”.

> Término do neoliberalismo

Os ideais do neoliberalismo foram confirmados em seu término histórico. Os direitos de propriedade geraram a soberania do capital, os plutocratas gananciosos manipulam o poder do Estado com a mais crua instrumentalidade e o hiperindividualismo valorizado por meio do consumo americanizado e da mídia populista confirmam a banalidade da cultura da celebridade. A autodeterminação do sujeito capitalista americanizado e niilista é a única expressão do ser humano na civilização

capitalista neoliberal contemporânea. Mas mesmo isso não é suficiente. O próximo passo é o transumano: a visão tecnotópica do capital biológico e digital. Depois de abraçar a desigualdade estrutural por décadas, o mundo da utopia capitalista neoliberal não tem mais uma causa comum com a humanidade. Isso fica ainda mais claro diante da ausência de inimigos: o socialismo soviético morreu, a classe trabalhadora foi precarizada, a natureza conquistada e a história acabou. Não há fantasmas de esquerda para culpar, mas uma nova progênie neofascista de direita desta ordem neoliberal — de Washington, Brasília, Nova Déli, Budapeste a Moscou — está pronta para esmagar brutalmente qualquer desafio a esta utopia, enquanto desvia o público contra bodes expiatórios — o migrante, o negro, o “muçulmano”, o indígena ou qualquer “ameaça terrorista” exagerada.

Esses regimes estão dispostos à violência autoritária e militarizada na medida em que buscam defender a normalidade do capitalismo a qualquer custo. No entanto, a história e a luta demonstraram como os regimes autoritários são insustentáveis. O monopólio da violência nunca é garantia de pacificação. Até mesmo os militares dos EUA entendem que não podem controlar um mundo em caos climático enquanto os próprios EUA são devastados por choques climáticos. A guerra requer recursos escassos e é cara, apesar das escolhas difíceis que a mudança climática trará às sociedades. O militarismo na era das armas nucleares também tem restrições. A governança hegemônica da desigualdade bruta acabou, enquanto o demos está inquieto e desesperado. A COVID-19 exacerbou o sofrimento. Ao mesmo tempo, o sujeito democrático possui uma tela de amplo espectro, com múltiplas fontes de informação digital permitindo fácil acesso às informações sobre a condição socioecológica. Esse sujeito pode até se maravilhar com a idiotice do poder imperial de longe, observar a falta de jeito dos autocratas e vislumbrar afirmações inspiradoras do poder subalterno nas ruas. Em outras palavras, enquanto o capitalismo usar a opção neofascista, e até mesmo usar

>>

como arma a esfera digital, a cortina de ferro da opressão absoluta não será invulnerável. É nessa intersecção que a democracia e o socialismo prosperarão.

> Ecocídio como o fim do jogo do capitalismo

O verdadeiro terror do momento presente na história não é o neofascismo capitalista, mas o rolo compressor do ecocídio capitalista que ameaça não apenas as condições de vida planetárias, mas o próprio capitalismo. Isso torna a segunda vinda do fascismo anacrônica. É assustador ver o capital do carbono prolongar seu lugar na matriz energética global, apesar dos alarmes da ciência do clima, da desaceleração da demanda durante o COVID-19 e de pelo menos um grande choque climático a cada semana no planeta Terra. Trump licenciou mais extração de carbono nos EUA, colocando-o no topo das tabelas de abastecimento, e Bolsonaro apoia interesses comerciais que continuam a violência genocida contra os povos indígenas, destruindo a biodiversidade e acelerando a liberação de cerca de 140 bilhões de toneladas de carbono da Amazônia através da apropriação de corte e queima. Na África do Sul, as classes dominantes do carbono estão construindo a maior usina elétrica movida a carvão do mundo, alardeando o fraturamento hidráulico e salivando com a perspectiva de extração de gás e petróleo no mar. Esses exemplos de criminalidade do carbono confirmam que o capitalismo e suas classes dominantes do carbono ameaçam tudo, incluindo eles próprios, dado o relógio do fim do mundo.

A lógica autodestrutiva do capitalismo ecocida agora está claramente clara. A África, o sujeito imperial do Norte Global desde a conferência de Berlim, é capturada por interesses da lumpen-burguesia, e já se desfazendo em partes devido aos choques climáticos. Estima-se que pelo menos 200 milhões de africanos serão deslocados devido ao agravamento dos choques climáticos e do colapso. “*Fortress Europe*” e “*Prison Complex USA*” não serão capazes de manter os “bárbaros” fora porque essas sociedades, apesar de sua afluência, também enfrentarão sérias falhas internas devido aos choques climáticos. O movimento *Sunrise, Extinction Rebellion* e #FridaysForFuture são movimentos de apenas 1 grau Celsius. Em 1,5 grau, muitos mais irão surgir nessas sociedades, à medida que as pessoas rejeitam ser tratadas como danos colaterais por classes dominantes irracionais e eco-fascistas.

> Rumo ao ecossocialismo democrático

Três formas de interrupção da justiça climática, expressando a esperança viva de muitos, estão sendo vistas. Essas expressões de esperança viva estão trazendo uma convergência das forças de justiça climática, junto com crianças e cidadãos. O primeiro é a ruptura simbólica da normalidade. O melhor exemplo disso são as ações de

protesto infantil de Greta Thunberg e #FridaysForFuture. O alarme disparado pelas crianças reforça a urgência nas ciências do clima e vice-versa. Em segundo lugar, está a interrupção tática por meio do bloqueio do carbono, incluindo circuitos de extração de combustível fóssil. Chamadas para boicotar McDonald's, Walmart e Subway porque eles têm interesses na agricultura de corte e queima na Amazônia, ou os esforços da Ende Gelände para bloquear minas de carvão na Alemanha são exemplos. O terceiro é a ruptura estratégica do capitalismo ecocida por meio de alternativas sistêmicas, como Green New Deals (GND), que promovem a rápida descarbonização, desmilitarização, reforma democrática sistêmica permitindo que o poder das pessoas conduza a transição justa e uma geopolítica de justiça climática. O GND de Bernie Sanders e a Carta de Justiça Climática na África do Sul com sua concepção de um projeto político são exemplos. Em última análise, essas forças também terão a tarefa de confrontar a lógica ecocida do poder imperial para garantir que o Sul Global possa fazer suas próprias escolhas de justiça climática, inclusive para mudanças sistêmicas profundas que promovam o eco-socialismo democrático.

Uma reforma sistêmica democrática crucial que terá que ser ainda mais globalizada a partir da periferia é a “reagrarização” do mundo, por meio da soberania alimentar e da agroecologia. Iniciada por *La Via Campesina* há mais de duas décadas, todas as comunidades, vilas e cidades do planeta terão que abraçar essa alternativa democrática eco-socialista. Isso foi enfatizado pelo recente relatório sobre biodiversidade do Painel Internacional sobre Biodiversidade e Serviços Ecossistêmicos e o relatório de uso da terra do Painel Internacional sobre Mudanças Climáticas. O resultado final é que sistemas alimentares monoindustriais, centrados no carbono e globalizados, estão implicados em nossa extinção.

Em última análise, os horizontes ecológicos do socialismo contemporâneo serão definidos por desastres biológicos (como COVID-19), aquecimento global, choques climáticos, agravamento da desigualdade e o impulso humano de viver. Água, terra, biodiversidade, oceanos e a biosfera - os bens comuns globais - estarão todos envolvidos na vingança da natureza contra o ecocídio capitalista. A infinitude da natureza e a finitude do humano definirão o próximo período da história socioecológica. É nesta confluência que o eco-socialismo democrático aprenderá mais profundamente com as tradições indígenas da terra para promover a vida, rejeitar o produtivismo e afirmar uma relação desalienada com a natureza. Isso é o que Marx chamou de “humanismo positivo”. Um mundo lento, operando dentro dos ciclos metabólicos da natureza, é nossa única esperança. Esse mundo nunca morreu, mas foi apenas empurrado para as sombras pela violência colonial, neoliberal e imperial. ■

Contato com Vishwas Satgar <Vishwas.Satgar@wits.ac.za>

> Como a ação climática urbana pode reconstruir comunidades

Por **Joan Fitzgerald**, Northeastern University, EUA



Sra. Margaret Gordon, em um comício do Projeto de Indicadores Ambientais de West Oakland em junho de 2016. Foto: Brooke Anderson.

Crédito: Projecto de Indicadores Ambientais de West Oakland

A pandemia COVID-19 revelou duas visões de cidade. Uma delas é que as cidades racial e etnicamente injustas são a realidade atual. Nas cidades dos EUA e da Europa, as taxas de mortalidade por COVID-19 são mais altas em áreas de baixa renda e nas comunidades negras e latinas. Por morarem em bairros que tendem a ser altamente poluídos, negros e latinos nos Estados Unidos estão mais suscetíveis à asma e outras doenças relacionadas que os deixam mais vulneráveis ao vírus. Eles são mais propensos a ter empregos de baixa renda que os deixam expostos ao vírus. Moradias lotadas significam que o distanciamento em casa é impossível. E seus bairros geralmente carecem de comodidades básicas, como parques e supermercados.

Mas a crise também revelou uma oportunidade: uma recuperação verde e equitativa que combina ação climática com justiça racial e econômica. Promover essa visão para nossas comunidades da linha de frente — aqueles bairros que experimentam os primeiros e piores efeitos da mudança climática — é uma prioridade urgente. A maioria dos planos de ação climática das cidades não menciona a equidade ou apenas diz isso da boca para fora. Mas, cada vez mais,

grupos ativistas nos Estados Unidos, Canadá e Europa estão pressionando os governos municipais a se concentrarem primeiro na justiça climática.

> Planejamento democrático

O planejamento está no centro deste empreendimento. Em muitas cidades, especialmente nos EUA, o planejamento é conduzido por desenvolvedores privados e participantes comerciais. Resultados mais democráticos requerem planejamento mais democrático.

Austin, Madri, Seattle, Oakland, Portland, Providence e Viena estão entre as cidades que recentemente atualizaram sua ação climática ou planos abrangentes com processos bem elaborados para a participação de residentes de comunidades da linha de frente. Na melhor das hipóteses, os grupos de residentes co-criam metas com as autoridades municipais, analisam as metas do ponto de vista da justiça e se envolvem na implementação.

Esses planos ajudam a construir sustentabilidade social, ambiental e econômica nos bairros da linha de frente. Um

>>

dos primeiros elementos do Plano de Justiça Climática de Providence a ser implementado é a criação de duas zonas de justiça verde para ações prioritárias, Olneyville e South Providence. Entre os projetos potenciais nas zonas estão a construção de microrredes em instalações-chave para manter a energia quando ocorrerem interrupções, climatização, desenvolvimento de energia renovável, treinamento de trabalhadores e reforma do zoneamento para prevenir usos de poluentes do solo.

> Justiça verde

As zonas de justiça verde combinam metas climáticas com metas de justiça social. A ideia é combinar e integrar todos os aspectos da agenda climática e de justiça social de uma forma que envolva os residentes na construção da comunidade. Isso pode incluir energia renovável, renovação profunda, criação de espaços comunitários, criação de oportunidades de emprego, uma nova escola de energia líquida zero, parques novos ou reconstruídos, ruas completas, telhados verdes e mais árvores para lidar com o efeito de ilha de calor urbano e gerenciar águas pluviais.

Oakland, Califórnia, também concentra a ação em seus bairros mais pobres e intensificou esse foco em seu Plano de Ação Climática Equitativa 2030 lançado em julho de 2020. O Guia de Avaliação e Implementação de Impacto da Equidade Racial do plano oferece estratégias para identificar comunidades da linha de frente, trabalhando com residentes e organizações comunitárias na implementação e monitoramento dos resultados da equidade.

Antes deste plano, West Oakland já havia sido designada como uma das comunidades da linha de frente de Oakland. É o lar de três rodovias, do porto, de uma estação de tratamento de águas residuais e de uma usina de pico movida a combustível de jato que contribuem para altos níveis de poluição, resultando em altas taxas de asma, acidente vascular cerebral, insuficiência cardíaca congestiva e redução da expectativa de vida. Estão sendo priorizadas reduções profundas de carbono em edifícios, junto com a troca de combustível — substituindo fogões a gás natural e aquecimento de espaço e água por unidades elétricas.

A troca de combustível melhora a qualidade do ar interno e reduz as emissões e pode, na implementação completa, reduzir as emissões de gases de efeito estufa em 18%. Melhorar a eficiência energética dos edifícios resultaria em outra redução de 12% e ajudaria a economizar com a carga de energia — uma disparidade documentada em que famílias de baixa renda gastam uma proporção maior da

renda familiar em contas de eletricidade e gás natural.

> Ciência cidadã

Parte da razão pela qual a cidade é eficaz em West Oakland é devido às parcerias com grupos de justiça ambiental de longa data que forneceram um ar mais limpo e têm a confiança da comunidade. O Projeto de Indicadores Ambientais de West Oakland tem se concentrado na melhoria da qualidade do ar no bairro desde 2002. A co-fundadora, Sra. Margaret Gordon, lembra que sua primeira batalha foi redirecionar caminhões que lançavam gases de diesel no bairro em seu trajeto de ida e volta para o Porto.

Desde então, o Projeto de Indicadores tem feito parceria com o Fundo de Defesa Ambiental, o Google e a Universidade da Califórnia, Berkeley, na ciência cidadã para monitorar a qualidade do ar em locais muito específicos. Eles sabiam que o monitoramento do ar do Estado não estava captando pontos críticos. Um projeto tinha residentes parados nas esquinas contando caminhões. Outro deu aos residentes de asilos de idosos monitores de ar e os fez manter diários em horários diferentes do dia, com as janelas abertas ou fechadas para descobrir quando os níveis de poluição eram mais altos. Em outro projeto, os residentes receberam treinamento da Intel para baixar dados de monitores de ar mantidos em suas mochilas. Assim que as fontes específicas de poluição fossem identificadas, eles poderiam voltar ao Estado com evidências de que os esforços de prevenção e limpeza da poluição deveriam ser aumentados.

Com todos esses esforços, a qualidade do ar melhorou? A Sra. Margaret Gordon diz que os peitoris das janelas costumavam ser pretos como fuligem, mas agora são cinza escuro. Claramente, mais redução da poluição deve ser feita e, com a nova ação climática equitativa em vigor, isso deve ser uma prioridade.

Mas um plano de cidade não é suficiente. O que tornou possível o monitoramento em grande escala foi a legislação estadual e o financiamento. O Projeto de Lei (PL) 617 da Câmara da Califórnia, aprovado em 2017, fornece várias camadas de financiamento para apoiar uma abordagem focada na comunidade para monitorar a qualidade do ar. Com a pandemia deixando os governos estaduais e locais sem dinheiro, muito do bom planejamento não será implementado. Portanto, temos que esperar que o próximo governo nacional financie alguma versão de um novo acordo verde. ■

Contato com Joan Fitzgerald <jo.fitzgerald@neu.edu>

> Caridade como status e estigma: isolamento social na Índia

Por **Mahmudul Hasan Laskar**, Universidade de Ciência e Tecnologia, Meghalaya, Índia

Distribuição de alimento em Barpeta Assam, Índia, Abril 2020. Crédito: Sayantan Roy Choudhury.



Para evitar a disseminação do COVID-19, um bloqueio nacional foi instituído pelo governo da Índia. Realidades duras como a segregação hierárquica da população e o impacto desigual do bloqueio têm recebido atenção. A perda de empregos e salários devido ao bloqueio tornou a pobreza e as desigualdades extremas ainda mais visíveis. Mais severo são os maus-tratos dos ricos e da classe média alta aos pobres. Uma tendência popular desde o início do bloqueio tem sido as pessoas mais ricas compartilharem fotos de si mesmas nas redes sociais doando materiais para socorrer os pobres. A que propósito isso serve e quais são as implicações para a redistribuição genuína desses atos altamente divulgados?

> Inadequação de resposta

As classes médias ricas e abastadas estão distribuindo uma certa quantidade de materiais, que podem alimentar

esses pobres por um ou dois dias. Por que as elites não conseguem entender que fornecer materiais para uma ou duas refeições não é a solução? Os grandes capitalistas podem mitigar o problema utilizando seus fundos de Responsabilidade Social Corporativa (RSC), mas esses figurões corporativos, em vez disso, investem os fundos para gerar mais lucros. O governo sozinho não é capaz de melhorar a pobreza a menos que os capitalistas ajudem no processo garantindo “bons empregos”, não apenas envolvendo as pessoas nas fábricas como meio de produção.

Fotografias nas redes sociais retratando a cena de uma pessoa rica em um grande edifício ou bangalô distribuindo um pequeno pacote de material de socorro aos pobres que ficam na fila no pátio trazem à mente o padrão feudal da hierarquia social. Observa-se que o pacote é composto principalmente de óleo de cozinha (meio litro a um litro), arroz (2 a 3 quilos), biscoitos (2 a 3 pacotes), sopa (1 a 2

>>

pacotes), cebolas (1 a 2 quilos) e batatas (1 a 2 quilogramas). É uma questão de reflexão se esses itens são suficientes para alguém sobreviver ao período de bloqueio de mais de dois meses. E quanto à saúde e educação de seus filhos? Enquanto os ricos estão equipados com ferramentas tecnológicas para *e-learning* ou educação *online*, a questão do acesso à educação para crianças pobres que não possuem tais ferramentas nem mesmo lhes ocorre.

> Autopromoção por meio de caridade

O bloqueio tornou-se uma oportunidade para os aspirantes a assistentes sociais mostrarem sua pseudo-liderança e obterem sucesso político. Oferecer materiais de socorro aos pobres tornou-se um símbolo de status deliberadamente retratado nas redes sociais. Esses pseudo-assistentes sociais gerenciam suas impressões para benefício próprio. Imagens peculiares apareceram no *Facebook* mostrando pessoas distribuindo pacotes de comida na estrada ou em mercados. Mostrar fome não é uma questão de orgulho, mas sim de vergonha para qualquer pessoa, mas as pessoas ricas exibem a distribuição de alimentos como uma cerimônia de premiação. A distribuição de pacotes de comida é glorificada nas redes sociais, como se os pobres famintos pudessem viver toda a sua vida com esses pacotes de comida. Em uma ocasião, três pessoas, incluindo um cinegrafista, foram vistas distribuindo máscaras para vendedores de vegetais à beira de estradas na cidade de Assam, em Guwahati; toda a cena foi coreografada e filmada pelo cinegrafista com uma câmera sofisticada. Os trabalhadores migrantes presos repentinamente se tornaram a preocupação da classe média urbana e de certas categorias de pessoas. Antes do bloqueio, esses chamados ativistas sociais dificilmente se preocupavam com os trabalhadores migrantes pobres porque estavam ocupados com outras tendências da mídia social.

> Vergonha e indignidade

Essas classes médias abastadas egoístas estão exibindo sua própria imagem de caridade às custas da dignidade dos pobres. Os pobres ficam simplesmente exasperados com esta piedade exibida pelo “serviço social” realizado pelos ricos. Preocupam-se com sua dignidade, sua vida e a vida de seus filhos, pois sua vulnerabilidade é apresentada pelos assistentes sociais nas redes sociais. Sua pobreza se tornou

um estigma para eles porque sua condição está sendo filmada de uma maneira ridícula. Pessoas ricas, em um bairro, estão entregando materiais de forma cerimonial e outras menos ricas estão recebendo com uma sensação de impotência e culpa. Agora, essas pessoas mais pobres terão que viver com a pressão da pseudo compaixão que seus vizinhos abastados demonstraram. Os filhos dos pobres podem ter dificuldade em administrar a autoconfiança na escola devido ao “desempenho” do trabalho social que expôs sua pobreza de maneira insensível. Expressar a própria pobreza não é um ato vergonhoso, mas tratar os pobres como mendigos por esses executores de serviço social é humilhante. Essa é uma das razões pelas quais os setores pobres ou mais fracos da sociedade sofrem de xenocentrismo ou da identificação com a cultura e os hábitos dos outros, ao invés dos seus próprios. A degradação da autoestima já ocorreu por causa do declínio da agricultura, antes um setor autossuficiente e vibrante da economia indiana. A industrialização criou um mercado de trabalho para o trabalho manual assalariado, de modo que aqueles que antes eram autossuficientes na zona rural são agora migrantes nas cidades e constituem a maior parte dos pobres urbanos.

> Soluções reais

A questão dos migrantes se tornou um assunto de pseudo-intelectualismo e ativismo social nas redes sociais. Mas as soluções reais para seus problemas são diferentes e incluem abordagens como voltar à agricultura autossuficiente, ambientalismo para proteger os meios de subsistência e os recursos naturais e a promoção de pequenas indústrias indígenas e artesanais. Isso pode iniciar soluções reais para as questões dos migrantes e da pobreza na Índia, mas, infelizmente, seminários (agora *webinars*), simpósios e postagens de mídia social apenas criam um debate superficial e discussões sem qualquer discurso efetivo.

A distribuição de alimentos e de materiais de socorro se transformou em uma competição de fotografia nas redes sociais que, em última análise, afeta a dignidade da vida dos pobres. Não oferece solução de longo prazo. Se os ricos querem realmente ajudar os pobres, eles deveriam fazê-lo em termos de redistribuição de riqueza, sem exibi-la como uma questão de status ou orgulho. ■

Contato com:
Mahmudul Hasan Laskar <rhasanlaskaramu@gmail.com>

> Migração de cuidados e demografia política

Por **Attila Meleg**, Universidade Corvinus de Budapeste, Hungria

A humanidade atingiu uma situação social global particular na década de 2010. Desde a década de 1980, tem havido uma interação bastante única entre o envelhecimento, a mercantilização contínua sem aumento na redistribuição e a morte do campesinato. Esses fatores e sua dinâmica histórica levaram à escassez de cuidados e a um aumento dramático relacionado à indústria de migração de cuidados. Esses desenvolvimentos colocaram os cuidadores migrantes em uma posição muito difícil, especialmente com a pandemia de COVID-19 em andamento, tornando o acesso aos cuidados de saúde ainda mais importante globalmente. Grandes parcelas da população global — e não apenas dos países pobres — estão à mercê de vários sistemas de saúde cada vez mais baseados na mão de obra migrante. Enquanto isso, os trabalhadores migrantes são pegos no fogo cruzado entre o aumento da demanda por seu trabalho, o aumento da volatilidade de seus empregos, o aumento da hostilidade contra os migrantes e o aumento da securitização também devido à pandemia. Chegamos a um ponto em que cuidar de doentes e idosos está se tornando mais competitivo e muito frágil.

> Aumento da migração para cuidados domésticos e de saúde

Não temos dados globais sistemáticos para trabalhadores domésticos e de saúde. Em 2015, a Organização Internacional do Trabalho (OIT) estimou que havia cerca de 67,1 milhões de trabalhadoras domésticas, das quais 11,5 milhões eram migrantes e quase três quartos eram mulheres. Nesse ínterim, a migração para cuidados de saúde também aumentou. Uma estimativa da Organização Mundial da Saúde (OMS), em 2013, mostrou uma escassez de profissionais de saúde de 17,4 milhões e projetou um aumento dramático na demanda que só poderia ser atendido com o aumento da migração. Os países relativamente ricos da OCDE (Estados Unidos excluídos) aumentaram o estoque de enfermeiras treinadas no exterior entre 2007 e 2016 em pelo menos 80% e o número desses médicos em pelo menos 45%. Em 2016, o número de médicos treinados no exterior nesses países chegou a quase meio milhão, enquanto o número de enfermeiras treinadas no exterior está bem acima de 300.000. As taxas de médicos estrangeiros aumentaram em pelo menos 10 pontos percentuais em alguns países,

chegando a 40% ou 50% de todos os médicos (muitos dos quais foram bloqueados em seus deslocamentos durante a pandemia COVID-19 devido a bloqueios locais e nacionais).

> Envelhecimento, aumento dos custos de saúde e redistribuição imutável

O rápido envelhecimento da população e os cuidados aos idosos dependentes representam um fardo significativo para as gerações mais jovens, tanto em termos de produtividade do trabalho como das necessidades reais de cuidados. Isto ocorre ainda mais em contexto de aumento na estagnação global de políticas de redistribuição por parte do Estado, conforme observado por József Böröcz (2016) em seu estudo sobre contribuição social relacionada ao trabalho. Além disso, a participação das receitas fiscais (taxas de redistribuição) no Produto Interno Bruto (PIB) também estagnou globalmente,

Gráfico 1

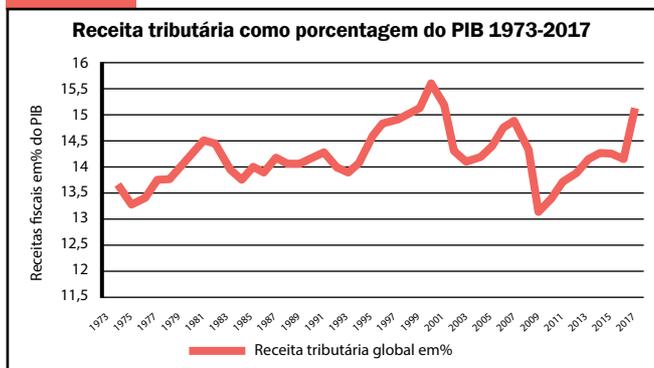
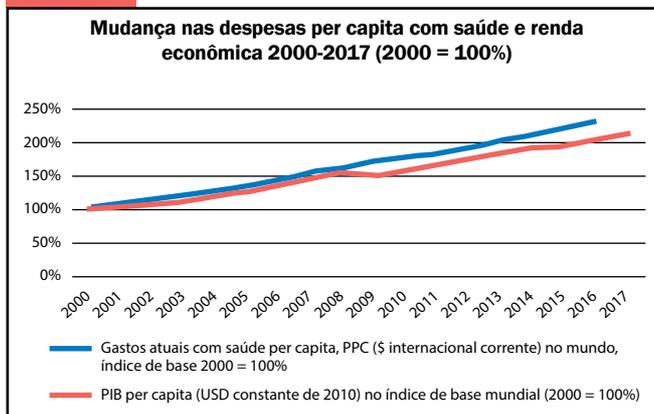


Gráfico 2



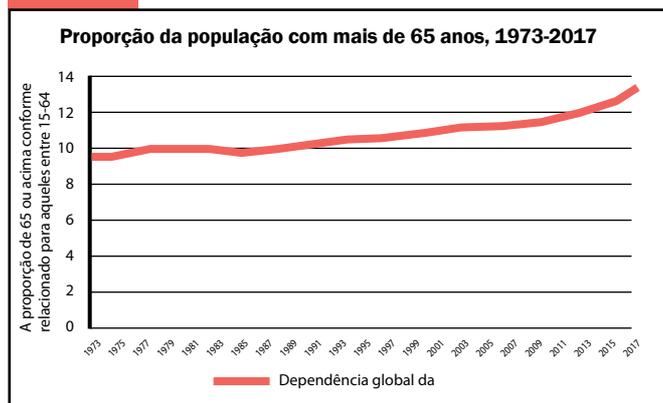
Fonte: <http://datatopics.worldbank.org/world-development-indicators/>



oscilando em torno de 14% em média, segundo dados do Banco Mundial (ver Gráfico 1). Ao mesmo tempo, as despesas per capita com saúde têm aumentado pelo menos desde os anos 2000 a uma taxa superior ao crescimento do PIB per capita (ver Gráfico 2). Globalmente, a dependência dos idosos aumentou de 9,5% para 13,2% no mesmo período (ver Gráfico 3). Isso inclui países ainda com uma população muito jovem, em oposição a uma Europa muito velha.

Até 2010, a população mundial envelheceu a um ritmo mais lento do que o crescimento do PIB per capita, o que significa que, apesar da estabilidade das taxas de redistribuição, houve expansão dos recursos disponíveis para os custos públicos e de mercado dos cuidados aos idosos. De 2010 em diante, no entanto, o crescimento das taxas de dependência dos idosos tem sido mais rápido do que o crescimento da economia. Isso significa que a renda necessária para gastos per capita com saúde pode vir de fontes extraprivadas (comprando uma parcela crescente de tais serviços no mercado usando nossa própria renda) e/ou a proporção de gastos públicos relacionados à saúde está aumentando às custas de outros objetivos públicos. Essa reorganização, por sua vez, leva necessariamente a um aumento na competição de mercado por bens sociais de bem-estar e saúde, tornando ainda mais difícil para os migrantes assistenciais que buscam proteção social para si próprios

Gráfico 3



Fonte: <http://datatopics.worldbank.org/world-development-indicators/>

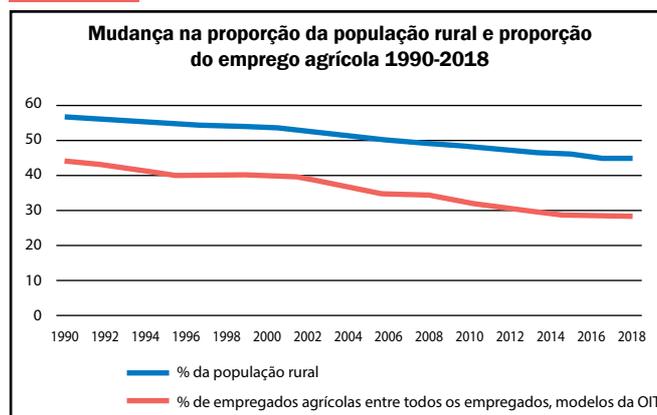
Esse conjunto de problemas pode complicar ainda mais a migração de várias maneiras. Os migrantes podem procurar adquirir serviços de bem-estar com seus salários e remessas ou entrar nos sistemas de bem-estar dos países de destino da migração. De outra forma, Estados hosts com sistemas de bem-estar bem estabelecidos podem simultaneamente penalizar os migrantes e buscar suas contribuições sociais a fim de melhorar o equilíbrio tributário entre envelhecimento, necessidades sociais e de saúde e gastos públicos. Além disso, neste ambiente social, há sinais claros de competição não apenas entre grupos locais e entre grupos locais e migrantes, mas também entre os próprios grupos de migrantes, como evidenciado por entrevistas com trabalhadores da Europa Oriental rejeitando a proteção “cara” dos refugiados que chegam. A pandemia COVID-19 apenas aumentou essas tensões e ainda não vimos o fim da

atual crise econômica.

> Competição de cuidado global e proteção do estado

Essas contradições podem se tornar particularmente agudas devido a mudanças no nível de redistribuição do estado e taxas de envelhecimento após o que Hobsbawm, em *A Era dos Extremos*, chamou de “morte do campesinato”. O declínio do emprego agrícola em meados do século XX continuou em um ritmo rápido e caiu abaixo de 30% globalmente em 2018; a população rural tornou-se uma minoria em comparação com a população urbana pela primeira vez na história. Isso significa que as cargas de cuidado associadas ao envelhecimento devem ser cada vez mais canalizadas para os sistemas redistributivos do mercado e do Estado, em oposição aos sistemas familiares rurais, historicamente importantes. Isso significa uma diminuição do peso para o cuidado aos idosos com base nos serviços familiares. Mesmo nos países mais pobres, a provisão direta de alimentos e bens materiais para os idosos dentro da família diminuiu em oposição à necessidade de adquirir serviços sociais e de saúde estatais e de mercado, incluindo aqueles oferecidos por cuidadores locais ou imigrantes. Essa mudança é uma das transformações recentes mais significativas da história da humanidade e se tornou um momento decisivo na era da globalização

Gráfico 4



Fonte: <http://datatopics.worldbank.org/world-development-indicators/>

Isso significa que a mercantilização vai levar a uma maior mercantilização e contra-demanda relacionada à proteção do estado, que é uma mistura ideal para nacionalismos autoritários. Portanto, podemos concluir que as contradições em torno da escassez de cuidados na atual ordem econômica capitalista podem ser uma fonte de transformação. Assim, durante e após a COVID, intensificar-se-ão os debates político-demográficos, nos quais a proteção social universal e uma mudança radical do sistema econômico serão vistas como alternativas à mercantilização contraditória. E com razão.

Contato com Attila Melegh <attila.melegh@uni-corvinus.hu>

> A COVID-19 pode levar ao fim da globalização?

Por **Iliana Olivé** e **Manuel Gracia**, Instituto Elcano Royal e Universidade Complutense de Madri, Espanha

O atual processo de globalização, que remonta à década de 1970, inclui fases de crescimento, contração e mutação. Muitas delas correspondem à mudanças estruturais na ordem econômica e geopolítica global, incluindo a ascensão de potências emergentes na Ásia e a mudança associada ao epicentro da atividade global do Atlântico para o Pacífico.

A Grande Recessão, no final dos anos 2000 e no início dos anos 2010, resultou, em grande parte, na aceleração e consolidação dessas mudanças, uma tendência refletida no Índice de Presença Global da Elcano. A atual crise de saúde, econômica, política e social também deixará sua marca nas relações internacionais e no próprio processo de globalização.

Embora ainda seja muito cedo para prever todo o impacto, já estamos vendo algumas das consequências da crise, como interrupções na produção e no consumo (e, portanto, no comércio). Também é possível antecipar alguns dos efeitos da redução dramática nos fluxos internacionais de pessoas.

> O mundo já estava se desglobalizando antes da pandemia da COVID

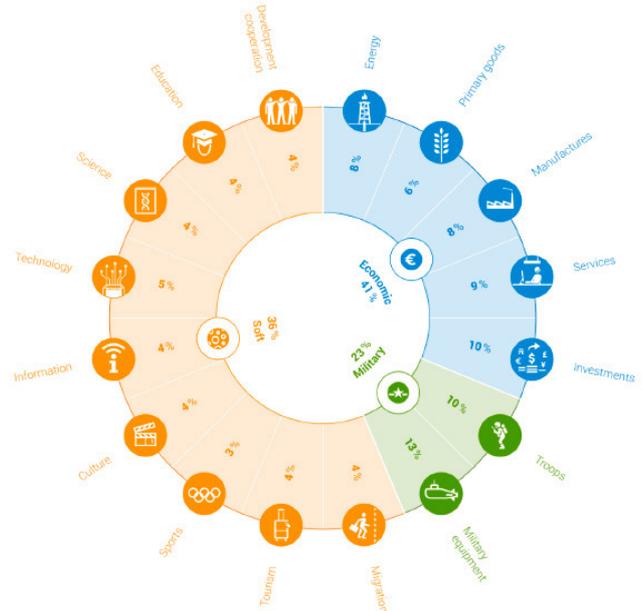
As políticas de liberalização econômica implementadas em grande parte do mundo nas últimas três décadas do século XX resultaram em um rápido aumento nas trocas econômicas internacionais. As várias ondas de globalização econômica sempre foram acompanhadas por diferentes formas de internacionalização (militar ou leve) envolvendo movimentos transfronteiriços de pessoas (envio de tropas, migrantes, turistas, estudantes, jogadores esportivos em competições internacionais e trabalhadores de desenvolvimento internacional) e ideias (intercâmbio de informação, cultura, ciência, tecnologia e educação). Enquanto a conceituação acadêmica da globalização sempre reconheceu esses outros aspectos não econômicos, as análises do processo de internacionalização tenderam a se concentrar na dimensão econômica.

Este foco na dimensão econômica foi parcialmente responsável por prever que a globalização desaceleraria, terminaria ou mesmo entraria em um período de "estagnação secular" durante a crise financeira de 2008 e a Grande Recessão que se seguiu.

No entanto, embora tenha havido uma desaceleração - e até mesmo uma reversão em certas variáveis e em certos anos — na internacionalização econômica de fluxos de comércio específicos e investimento estrangeiro direto, o [Índice de Presença Global Elcano](#) mostra que, apesar de desacelerar significativamente e mudar para formas mais suaves de internacionalização, a globalização não deu marcha a ré.

Na verdade, o valor agregado da presença global (incluindo todos os 130 países, variáveis e dimensões) reflete o volume das trocas mundiais e, portanto, pode ser usado como um proxy para a globalização (Figura 1).

Figura 1. Índice de Presença Global Elcano

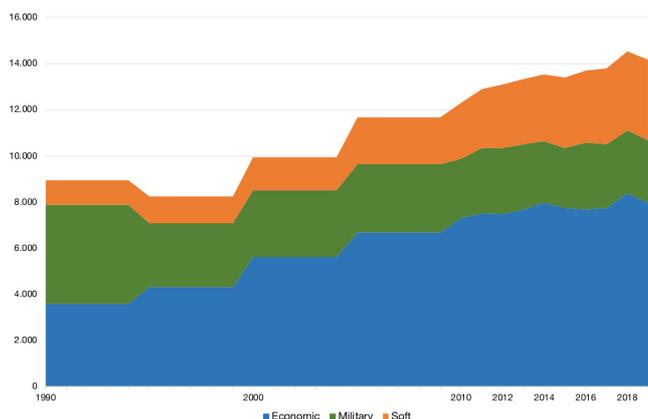


Fonte: Elcano Royal Institute, Elcano Global Presence Index.

Com base nesse Índice, podemos observar fases da globalização: (a) Entre 1990 e 1995, coincidindo com a reconfiguração geopolítica da Europa, a presença global agregada caiu em uma média anual de -1,6%. (b) Seguiu-se um segundo período de globalização sustentada entre 1995 e 2011, com um aumento acumulado de 57%. (c) Uma fase pós-Grande Recessão, com aumentos e diminuições moderadas, resultou em um aumento médio anual de cerca de 1%. (d) Seguiu-se um forte aumento, de mais de 5% (de volta aos números pré-crise). (e) Mais recentemente, houve uma queda de -2,6%, que é a maior queda anual registrada



Figura 2. Valor agregado da Presença Global (para todos os 130 países, 1990-2019, em pontos de valor do índice)



Fonte: Elcano Royal Institute, Elcano Global Presence Index.

As diferentes variáveis e dimensões (econômicas, militares e soft) também contribuíram de maneiras diferentes para a velocidade da globalização, dependendo da fase. Entre 1990 e 2005, o principal vetor da globalização foi a dimensão econômica. A dimensão soft deu uma contribuição positiva, embora modesta, durante esse período, enquanto os militares mostraram uma certa retração. No entanto, essas tendências mudaram significativamente nos anos 2000, quando a dimensão soft começou a liderar a globalização. Nos últimos anos, tanto o aumento quanto a queda da presença global agregada devem-se principalmente ao desempenho da dimensão econômica.

> Os efeitos do COVID-19 nas trocas globais

É importante ressaltar que o Índice de Presença Global Elcano captura tendências estruturais, o que significa que turbulências financeiras transitórias ou mudanças políticas raramente se refletem em seus resultados. Também há um lapso de cerca de dois anos antes que as mudanças nas dimensões e variáveis sejam refletidas pelo Índice. Os efeitos da crise de 2008-09 não aparecem no Índice até 2011 e os efeitos da pandemia COVID-19 não devem se registrar nos valores do Índice até 2021 ou 2022.

Embora o impacto de curto, médio e longo prazo da pandemia em diferentes frentes já esteja sendo estimado e previsto por diferentes autores e instituições, o quadro, em termos de globalização, ainda é incompleto. Uma forma de explorar o impacto futuro da crise de saúde (e as respostas políticas adotadas pelos países e globalmente) é observar diferentes cenários, com base nos efeitos da Grande Recessão sobre o valor agregado do Índice de Presença Global Elcano.

> Cenário A: uma crise como a de 2008

Se a atual emergência de saúde e suas consequências econômicas, políticas e sociais estiverem em uma escala semelhante à crise anterior, esperaríamos que a mudança

no agregado do Índice de Presença Global Elcano fosse semelhante ao período de 2010-15, para todas variáveis e dimensões.

> Cenário B: uma crise pior do que 2008

Alguns analistas argumentam que as consequências econômicas, políticas e sociais serão mais devastadoras e profundas do que as da crise de 2008. Nesse cenário, os valores dos diversos componentes do Índice registrariam, talvez a partir de 2022, a pior queda possível para cada um dos indicadores observados durante o período 2010-2018.

> Cenário C: Uma crise diferente de 2008

Por fim, as particularidades desta crise e as diferenças em relação a 2008 podem significar que as variáveis se comportam de forma diferente. Previsões e estimativas preveem um impacto nas variáveis econômicas semelhante ao da Grande Recessão e um impacto mais forte nas variáveis de soft power, como resultado da redução dramática dos movimentos transfronteiriços de pessoas (afetando variáveis como tropas implantadas, educação, migração ou turismo).

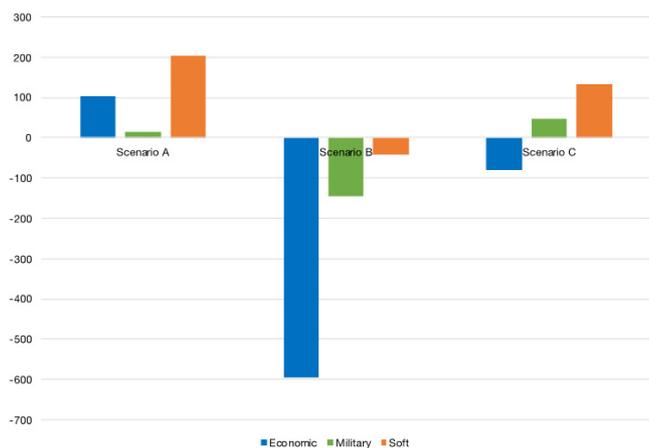
Nesse cenário, o desempenho esperado de cada uma das 16 variáveis (cuja justificativa é detalhada [aqui](#)) levaria a um terceiro cenário, onde o impacto da crise atual sobre a globalização é diferente daquele da crise de 2008 (Figura 3).

Figura 3. Três cenários para globalização após COVID-19 (%)

	Cenário A Crise semelhante a 2008 Média (2010-15)	Cenário B Crise pior que 2008 Grande redução (2010-18)	Cenário C Crise diferente de 2008
Energia	6.8	-36.2	-11.1
Bens primários	4.3	-7.5	-1.1
Fabrica	2.6	-3.4	-0.7
Serviços	1.7	-0.7	-0.7
Investimentos	-0.3	-8.9	-0.3
Tropas	-4.0	-10.2	5.7
Equip. militar	3.7	-2.0	-1.0
Migração	1.4	-1.0	-1.0
Turismo	3.7	2.0	2.0
Esportes	-0.8	-1.7	-1.7
Cultura	7.3	-8.9	-1.8
Informação	16.9	-1.4	16.9
Tecnologia	4.2	1.7	4.2
Ciência	5.0	3.4	5.0
Educação	5.2	0.1	0.1
Cooperação para o desenvolvimento	2.6	-4.8	4.1

Fonte: Os autores, com base no Elcano Global Presence Index.

Figura 4. Presença global agregada, projeções nos cenários A, B e C (mudança no valor do índice em relação a 2019)

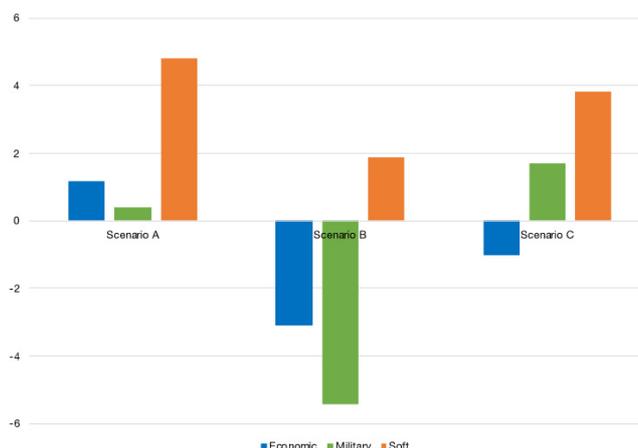


Fonte: Os autores, com base no Elcano Global Presence Index.

Apenas um dos três cenários (cenário B) resultaria em desglobalização efetiva, com a presença global agregada de todos os 130 países caindo 1% em relação aos valores de 2019. Isso afetaria todas as dimensões, especialmente a econômica (em termos absolutos) e a militar (em termos relativos).

No entanto, se os efeitos transformacionais forem semelhantes aos da crise anterior (cenário A), poderíamos esperar continuidade no processo de globalização (+ 1,7% da presença global total), com aumentos cumulativos na dimensão soft e, em menor grau, na dimensão econômica.

Figura 5. Presença global agregada, projeções nos cenários A, B e C (variação percentual no índice em relação a 2019)



Fonte: Os autores, com base no Elcano Global Presence Index.

Por fim, o cenário baseado em diferentes efeitos transformacionais da crise anterior veria uma quase paralisação da globalização, com a presença global agregada aumentando em 0,7%. Isso seria o resultado de uma dimensão soft mais dinâmica, compensada por uma ligeira queda na dimensão econômica (Figuras 4 e 5).

Em suma, à semelhança da crise do final dos anos 2000, a crise atual terá impacto nas relações internacionais. Podemos esperar uma aceleração nas mudanças estruturais que já vimos no processo de globalização. ■

Contato com
Iliana Olivie <iolivie@rielcano.org>

> Enfrentando a COVID-19: cuidadores na Europa Central

Por **Brigitte Aulenbacher**, Universidade Johannes Kepler, Áustria e membro do Comitê de Pesquisa da ISA sobre Economia e Sociedade (RC02), Pobreza, Bem-estar Social e Política Social (RC19), Sociologia do Trabalho (RC30) e Mulheres, Gênero e Sociedade (RC32); **Petra Ezzeddine**, Universidade Charles, República Tcheca; **Dóra Gábel**, Instituto Húngaro de Pesquisa Demográfica, Hungria; **Michael Leiblfinger**, Universidade Johannes Kepler, Áustria e membro do RC19 e RC30; **Kinga Milankovics**, Fundação do Envelhecimento Consciente HEKATE, Hungria; e **Veronika Prieler**, Universidade Johannes Kepler, Áustria e membro do RC19 e RC32



Uma máscara anunciada para os passageiros, para que eles possam ser instantaneamente identificados como trabalhadores na fronteira entre a Hungria e a Áustria.

Na Europa Central, o serviço de assistência domiciliar é um pilar cada vez mais importante dos regimes de assistência a idosos. Os cuidadores, principalmente mulheres migrantes, vivem e trabalham nas famílias daqueles que recebem os cuidados. Suas responsabilidades variam de tarefas domésticas a tarefas médicas. A regulamentação da assistência domiciliar varia de país para país, tendo como denominador comum as precárias condições de trabalho. A assistência domiciliar na Europa Central está baseada na migração circular e, frequentemente, os agentes recrutam cuidadores de países mais pobres que são forçados a aceitar (qualquer) emprego no estrangeiro. Um pré-requisito para este modelo é a circulação mais ou menos livre de trabalhadores dentro dos estados membros da UE e fora dela, que, durante a pandemia de COVID-19, não podia mais ser considerada garantida devido ao fechamento das fronteiras. Este artigo analisa a situação da assistência domiciliar na Áustria, na República Tcheca e na Hungria, apresentando seus respectivos modelos de assistência e mostrando como a assistência domiciliar foi afetada pela pandemia.

> A assistência domiciliar na Áustria, República Tcheca e Hungria

Na Áustria, a assistência domiciliar é legalizada como profissão. Normalmente, dois cuidadores se alternam em

uma família a cada duas a quatro semanas. Os prestadores de cuidados são autônomos, o que por um lado denota flexibilidade, principalmente para quem recebe cuidados, e por outro que os cuidadores não têm direito a salário mínimo, férias pagas ou licença médica. Ao contrário da Áustria, a República Checa e a Hungria enviam e recebem prestadores de cuidados. Os cuidadores checos e húngaros que deixam seus países circulam predominantemente entre os países de língua alemã – Áustria e Alemanha. Para a República Tcheca, onde o trabalho migrante de cuidado para famílias privadas é um fenômeno relativamente novo, a Ucrânia é um importante país remetente. O setor de assistência domiciliar na República Tcheca ainda é pequeno e a obtenção de uma autorização de residência de trabalhador migrante (de fora da UE) depende de um contrato de trabalho válido. A Hungria recebe sobretudo prestadores de cuidados étnico-húngaros da Ucrânia e da Romênia, que, devido à proximidade linguística e cultural, não se mudam impreterivelmente para a Europa Ocidental em busca de salários mais altos. A maioria dos cuidadores migrantes residentes na Hungria trabalha informalmente, mas também dispõem de algumas oportunidades de emprego formal.

> Desafios decorrentes da pandemia de COVID-19

À medida que a pandemia de COVID-19 se espalhou, ela trouxe consigo o fechamento imediato das fronteiras – não somente, mas também, na Europa Central – e momentaneamente fez cessar a migração circular transfronteiriça. Na Áustria, a pandemia trouxe de volta a assistência domiciliar à onipresente cobertura midiática e à agenda de vários atores que se esforçaram para manter o serviço sem alterações, ao invés de buscar outras alternativas. Os governos alemão, austríaco e tcheco negociaram com sucesso “corredores de cuidadores”, enquanto os prestadores de cuidados húngaros eram da mesma forma livres para entrar na Áustria. Os prestadores de cuidados começaram a considerar se deveriam ficar em casa, o que provavelmente significava a perda de sua renda, ou partir para/permanecer no país de destino. Na Áustria, muitos cuidadores prorrogaram seus turnos, o que

o governo federal incentivou com um bônus único isento de impostos de 500 euros. Entre o final de março e maio, prestadores de cuidados foram trazidos para a Áustria em três aviões fretados da Bulgária, Croácia e Romênia, bem como em seis trens especiais da Romênia. Enquanto, no início, todos os prestadores de cuidados foram colocados em quarentena por 14 dias em um hotel sem remuneração, posteriormente apenas os prestadores de cuidados que testaram positivo – bem como aqueles que compartilharam o mesmo compartimento de trem que eles – tiveram de ficar em quarentena novamente sem remuneração. Como as fronteiras da Europa Central estavam reabrindo em meados de junho, os trajetos de viagem regulares estavam novamente disponíveis para os migrantes circulares.

Como resultado do rígido regime transfronteiriço durante os primeiros meses da pandemia, os prestadores de cuidados que cruzaram a fronteira de volta para a República Tcheca enfrentaram um isolamento obrigatório de 14 dias em suas casas. Ademais, eles tiveram de apresentar um teste de COVID-19 negativo, com novos testes exigidos a cada 14 dias, pelos quais os próprios cuidadores tiveram que arcar. Os discursos da mídia dominante descreveram os migrantes circulares tchecos como uma ameaça significativa à saúde pública. Como alguns prestadores de cuidados relataram online, suas famílias enfrentaram o estigma social como potenciais portadores do vírus em suas comunidades locais. No início da pandemia, os prestadores de cuidados ucranianos, em particular, expressaram muitas vezes sentimentos de insegurança, medo e preocupação de que acabariam desempregados e “presos” na República Tcheca, sem qualquer possibilidade de voltar para casa. Foi somente em 4 de maio que o Ministério do Interior introduziu um novo regulamento cancelando o período de 60 dias para a concessão de uma nova autorização de residência no caso de migrantes perderem seus empregos durante o estado de emergência. Em contraste com a cobertura massiva da mídia sobre a situação dos trabalhadores transfronteiriços tchecos, a situação dos prestadores de cuidados migrantes na República Tcheca permaneceu envolta em silêncio, mesmo nos discursos gerais acerca da relevância social dos trabalhadores de infraestrutura crítica e a necessidade urgente de fornecer a eles equipamento de proteção adequado.

Na Hungria, que carecia da cobertura midiática transmitida na Áustria e na República Tcheca, a reação do governo à pandemia criou uma pressão adicional no atendimento aos idosos: milhares de pacientes foram mandados dos hospitais para casa a fim de liberar leitos para futuros pacientes com COVID-19. Isso criou uma demanda por ajuda adicional relacionada a cuidados, ao mesmo tempo em que prestadores de cuidados da Romênia e da Ucrânia retornavam aos seus países de origem ou simplesmente não conseguiam cruzar a fronteira para a Hungria. O mercado de assistência domiciliar ficou ainda mais instável, já que muitas pessoas perderam seus empregos, e, com isso, a propensão de pagarem por serviços de

assistência médica aparentemente diminuiu. Enquanto muitos prestadores de cuidados estavam satisfeitos em ficar mais tempo na Áustria após o término do serviço por causa do bônus introduzido, outros não puderam ou não quiseram voltar ao trabalho, pois enfrentaram maiores obrigações vinculadas a cuidados em casa. Nas redes sociais, cuidadores húngaros que trabalham na Áustria expressaram seu ressentimento contra as medidas do país receptor de transportar cuidadores romenos. Muitos deles concordaram que o fornecimento de privilégio a um grupo específico de migrantes poderia colocar em risco o emprego (futuro) dos demais imigrantes, como o deles próprios.

> Conclusão

Durante a pandemia, as condições de trabalho nos países de destino e de envio foram ainda mais prejudicadas. Ao enfrentarem condições piores em seus países de origem, os trabalhadores migrantes, no entanto, foram pressionados a aceitar empregos oferecidos no exterior, apesar do potencial risco à saúde e outros mais, como também das restrições durante a pandemia. O mercado de trabalho de cuidados transfronteiriços é frequentemente retratado como um mercado em que todos ganham, em que os idosos recebem cuidados acessíveis e os migrantes um emprego que paga mais do que as alternativas em casa. Na verdade, este mercado de cuidados da Europa Central cria um esquema de desigualdades estruturais baseadas na nacionalidade, exploração transnacional da força de trabalho e exclusão em meio a um mito de uma Europa igualitária e integrada. Ainda que a fragilidade da assistência domiciliar tenha recebido uma nova atenção devido à pandemia, os desejos e necessidades dos prestadores de cuidados e de seus destinatários não foram atendidos ou foram tratados de forma insuficiente ou desigual. Tanto as pessoas que precisam de cuidados como seus parentes enfrentaram a falta de apoio público e ansiedade por conta do fechamento das fronteiras. Embora muitas medidas visaram assegurar a continuação dos cuidados domiciliares, as condições de vida e de trabalho dos trabalhadores, que eram precárias mesmo antes da pandemia, permaneceram ignoradas. Devido ao distanciamento social – também entre os destinatários dos cuidados e seus familiares –, os cuidadores enfrentaram aumento da carga de trabalho e isolamento. As viagens transnacionais trouxeram o risco de contágio e/ou quarentena (não remunerada). Os prestadores de cuidados presos em seus países de origem enfrentaram privações financeiras. E apesar dos discursos sobre sua relevância sistêmica, os profissionais da saúde foram apresentados como uma ameaça à saúde pública e aos mercados de trabalho nacionais. O fardo social e financeiro da pandemia, portanto, acabou recaindo sobre os ombros dos migrantes circulares. ■

Contato com Brigitte Aulenbacher <brigitte.aulenbacher@jku.at>
 Petra Ezzeddine <petra.ezzeddine@fhs.cuni.cz>
 Dóra Gábor <gabriel@demografia.hu>
 Michael Leiblfinger <michael.leiblfinger@jku.at>
 Kinga Milankovics <kinga@hekatofoundation.org>
 Veronika Prieler <veronika.prieler@jku.at>

> Sociologia pública no Sul da Ásia durante o isolamento

Por **Dev Nath Pathak**, Universidade Sul Asiática, Índia



| Ilustração por Arbu.

Uma oportunidade de repensar o Sul da Ásia em termos de emoção humana, sofrimento e crises sociopolíticas foi perdida mais uma vez durante o isolamento imposto para conter a disseminação de coronavírus na região. Uma rápida apreciação das peças que compõem o drama pode ajudar a compreendê-lo. A velha retórica dos Estados geopolíticos ecoou no desenrolar recente de uma velha disputa entre o Nepal e a Índia sobre Kalapani, uma porção de terra no Himalaia. Isso ocorreu no meio da crise dos trabalhadores migrantes que tentavam desesperadamente retornar às suas casas durante o isolamento. A isso se acrescenta o fracasso da reunião da SAARC (Associação Sul Asiática para Cooperação Regional) sobre a COVID-19 realizada durante o isolamento, que revelou mais uma vez que o Sul da Ásia nada mais é do que um jogo para vários de seus Estados membros. Invariavelmente, tudo se resume à participação dos Estados membros em reuniões ocasionais que nada mais são que um *talk show* sobre suas generosidades e fundos comuns, interesses estratégicos compartilhados e laços bilaterais, segurança e proteção. Quase não há espaço para as emoções das pessoas, dinâmicas socioculturais,

conexões e fluxos. Raramente ocorre a alguém que o Sul da Ásia, enquanto uma entidade social pouco explorada, também possa se vincular por possível compaixão, empatia e colaboração transfronteiriça na mesma sintonia das emoções compartilhadas na região. Uma ideia perturbadoramente desumanizada do Sul da Ásia domina e obscurece os sentimentos humanos, a angústia e a ansiedade na região. Em suma, uma sociologia pública do sofrimento, ansiedade e emoções no Sul da Ásia carece até mesmo de uma remota chance de emergir devido ao predomínio de um objetivo de “sangue frio” – que ficou chamado de “diplomacia COVID”. E, como consequência, uma sociologia emocionalmente verdadeira do Sul da Ásia, na qual os seres humanos e suas lutas são centrais, continua sendo um projeto sempre inacabado.

> A crise dos trabalhadores migrantes

Talvez a COVID-19 tenha trazido universalmente uma bênção disfarçada: foi um golpe nas máscaras de muitos, incluindo a classe média instruída, a classe de intelectuais que afirmava ter entendido os trabalhadores migrantes. Os

>>

trabalhadores migrantes tornaram-se intrigantes em toda a região, com uma existência social dupla, normalmente descrita como “um pé na cidade – um na aldeia”. Todos aqueles que afirmaram ter compreendido a abundante massa de trabalhadores nos setores formais e informais da economia foram pegos tateando em busca de respostas. Inúmeros artigos de opinião em jornais e portais apenas revelaram jargões políticos incompreensíveis e ideias banais sobre a divisão rural-urbana em várias partes da região. Nessa situação, as fissuras na armadura do estado tornaram-se evidentes. Testemunhamos o quase desaparecimento da máquina de governança e de gestão de crises durante a pandemia em toda a região. Ao invés disso, houve espetáculos evidentes, como utensílios batendo, lâmpadas acesas e helicópteros da Força Aérea derramando pétalas sobre os trabalhadores de saúde na Índia. A pandemia tornou-se ainda mais uma fonte de pânico entre as pessoas devido às políticas e ações mal planejadas em todo o sul da Ásia. Podem haver exceções aqui e ali, mas uma falha comum na maneira como os Estados do Sul da Ásia têm percebido os seres humanos em face da pandemia permanece.

Neste contexto, a migração de retorno dos trabalhadores migrantes tornou-se uma crise comum na região, o que salientou a ausência de uma abordagem empática. Grande parte da discussão em todo o Sul da Ásia no contexto da COVID-19 gira em torno das complexidades da migração. Todos de repente se lembraram de um velho truísmo: os trabalhadores migrantes são a espinha dorsal de uma parte substancial da economia. Todas as famílias de classe média das cidades do Sul da Ásia prosperam graças à ajuda dos trabalhadores migrantes. Entretanto, infelizmente, esses trabalhadores foram encarados apenas enquanto engrenagens da máquina, e não como seres humanos significativos com emoções, necessidades e sensibilidades. Isso é igualmente visível em toda a região. Bangladesh não cuidou o suficiente do desarranjo da indústria de vestuário, um grande empregador no país, e por isso muitos trabalhadores vaguearam de um lado para o outro entre Dhaka e suas cidades e vilas natais na esperança de encontrarem trabalho. Bangladesh também falhou ao não planejar o retorno dos trabalhadores de longe, como Índia e Nepal. Os trabalhadores que antes contribuíam com a economia de remessas também se tornaram migrantes

sem nação na Índia. Eles retornaram apenas a uma nação ingrata, por assim dizer. Os trabalhadores nepaleses que voltaram da Índia para o Nepal tiveram que caminhar por muitos quilômetros árduos sem receberem nenhum cuidado ao longo do caminho. Na Índia, ocorreram acordos que foram clivados por classes: voos foram organizados para migrantes que retornavam do estrangeiro, ao passo que não houve qualquer facilidade para o regresso de migrantes internos. Mesmo que muito pouco descrita, a situação dos trabalhadores no Paquistão também não era digna de elogios. Esses trabalhadores, fossem eles do setor formal ou informal, eram vistos apenas como a personificação da força de trabalho vendável. Eles não eram vistos como humanos com os devidos sentimentos, mitologia, folclore, cultura e vida cotidiana. Isso aponta para a necessidade de reconfigurar o Sul da Ásia como uma categoria social povoada pelos trabalhadores.

> Por uma sociologia emocionalmente verdadeira do Sul da Ásia

A fim de explorar uma sociologia com nuances e emocionalmente verdadeira do Sul da Ásia, deve-se evitar a lógica dominante do Estado e da geopolítica do Sul da Ásia. No âmbito de tal sociologia, pode-se elaborar novas utopias para o povo sul-asiático, em que emoção e razão sejam capazes de se combinarem para uma melhor compreensão da realidade social. Tal sociologia deve ser sensível ao público emocionalmente volátil. Pois, dentro do quadro relativamente fluido de sentimentos, podemos nos aproximar uns dos outros, sermos iguais e capazes de termos empatia e compaixão. Infelizmente, a tão elogiada política indiana da “vizinhança primeiro” acaba sendo mais um artifício diplomático do que um esboço de união sociocultural. Essa política mantém a conotação de que a Índia é superior aos seus vizinhos e, sendo assim, deve cuidar deles. Com este complexo de superioridade, ela entra em colapso em razão da pandemia e o conseqüente declínio do estado, a crescente miséria das pessoas e a falta de esperança. Em vez de truques políticos, teria sido melhor se todos nós, dentro e fora das fronteiras, pudéssemos sair desse desafio juntos. ■

Conato com Dev Nath Pathak <dev@soc.sau.ac.in>

> Sociologia pública: enfrentando a pandemia

Por **Michele Grigolo** e **Craig Lundy**, Universidade de Nottingham Trent, Reino Unido

Vivemos tempos difíceis que questionam a sociologia pública de muitas maneiras. A disseminação da COVID-19 ampliou as disparidades e desigualdades dentro das sociedades. Isso enfatizou o papel do público sobre os interesses privados, porém a lógica do lucro que penetrou profundamente em diferentes áreas da vida social, incluindo a educação, está se reafirmando à medida que a pandemia está sendo, segundo nos dizem, mantida sob controle. Gostaríamos de relatar aqui a experiência da sociologia pública na Universidade de Nottingham Trent (NTU), no Reino Unido, e em particular no nosso programa de mestrado que tem a sociologia pública como seu núcleo. Oferecemos isso na esperança de estimular uma reflexão coletiva acerca da sociologia pública em meio à pandemia e ainda como uma oportunidade para os interessados na sociologia pública se reunirem e desenvolverem mais vínculos e maior colaboração.

Inicialmente, queremos esclarecer o que queremos dizer com “sociologia pública”. Em seu influente discurso presidencial da ASA de 2005, Michael Burawoy entendeu “sociologia pública” como um diálogo entre os sociólogos e os seus públicos para a produção de uma agenda compartilhada. Nós concordaríamos. Entretanto, em nossa visão, os alunos dos nossos programas de sociologia não são apenas nossos “primeiros públicos” – eles são sociólogos públicos por direito próprio. Enquanto tal, eles não são apenas os destinatários da pedagogia, mas coprodutores de conhecimento e praticantes ativos da comunidade desde o início. Como isso sugere, nossa abordagem da sociologia pública aqui na NTU tem girado em torno do que gostamos de chamar de relação recursiva entre pedagogia, pesquisa e prática. Do mesmo modo que as estrelas em uma constelação do Zodíaco, cada um desses elementos depende dos outros para ter significado, suporte e enriquecimento. Embora nem toda atividade de sociologia pública precise envolver explicitamente todos os três pontos do triângulo, muitas o fazem e todas contribuem de algum modo para fortalecer os laços entre eles.

Esta abordagem orientou o conteúdo e a organização do nosso programa de mestrado em Sociologia. Nossos módulos discutem diferentes aspectos da sociologia pública, da teoria à metodologia e abordagens práticas. No nosso módulo de Aprendizado de Serviço, os alunos colaboram com organizações locais sem fins lucrativos, construindo um projeto específico que se baseia nas capacidades dos alunos para atender a uma necessidade ou desejo da organização. Tudo isso tem a ver com “aprender junto”, ao invés de “aprender de”, e também se tornar parte de um processo com a compreensão de que os processos fazem a diferença quando se trata de conhecimento e mudança. Com base nessa colaboração, os alunos podem produzir um relatório para a organização parceira ou, se preferirem, escrever um artigo para um periódico acadêmico – duas alternativas à dissertação convencional que visam, em suas diferentes formas, promover a contribuição dos alunos para sociologia pública na primeira oportunidade apresentada.

Ainda que os membros de nossa equipe tenham muito em comum entre si – como o compromisso com a justiça social e o valor da abordagem “recursiva” da sociologia pública que acabamos de descrever – deve ser enfatizado que não faltam divergências e discrepâncias entre nós em nossas várias buscas pela sociologia pública. Além disso, a experiência real da sociologia pública vivenciada na NTU continua a evoluir à medida que aprendemos com os outros e crescemos como pessoas e como coletividade. Consideramos essas duas facetas como virtudes. Elas também ajudam a explicar por que a sociologia pública para nós é mais exatamente uma “sociologia pública crítica”, na medida em que este termo adicional sugere uma disposição para encorajar a reflexão crítica e a prática entre os participantes.

Além do nosso programa de mestrado, este trabalho tem sido perseguido por uma série de outros caminhos por meio da sociologia pública crítica. Em 2017, organizamos um simpósio homônimo sobre sociologia pública crítica na NTU financiado pela Associação Sociológica Britânica, e em 2019 publicamos pesquisas sobre nossa pedagogia no *Journal of Higher Education Outreach and Engagement*

>>

“Não se trata de voltar ao normal porque essa normalidade também faz parte do problema”

(“Evaluating the Complexity of Service-Learning Practices: Lessons From and For Complex Systems Theory” por Burton, Hutchings, Lundy e Lyons-Lewis). Alguns membros de nossa equipe utilizaram pesquisa de ação participativa para explorar questões empíricas de trabalho e emprego com organizações do setor voluntário, e novas trajetórias estão sendo desenvolvidas, por exemplo, em torno dos direitos humanos em Nottingham. Ao longo dessas atividades, a equipe acadêmica, alunos e parceiros da comunidade estiveram envolvidos trabalhando juntos para o benefício mútuo.

A presente pandemia nos forçou a reconsiderar o nosso engajamento com a sociologia pública crítica. Iniciamos a partir de questões como: De que modo essa pandemia está ampliando as desigualdades existentes? Que medidas para controlar a pandemia são necessárias e justificáveis? Como continuamos a fazer nosso trabalho nas atuais circunstâncias? Nosso trabalho deveria mudar de direção e conteúdo? Para nós, quaisquer respostas a essas perguntas deveriam continuar a envolver a pedagogia, a pesquisa e a prática. No momento em que escrevemos este artigo (maio de 2020), o governo do Reino Unido começou a relaxar o isolamento. Uma conversa foi iniciada com os nossos parceiros da comunidade sobre como a COVID-19 impactou eles e as comunidades vulneráveis em Nottingham. Ao olhar para o futuro, nossos pensamentos estão preocupados em como a sociologia pública pode responder da melhor forma a essa pandemia, de uma maneira que proteja os vulneráveis

e empodere a ação comunitária. Conforme o setor de ensino superior enfrenta enormes cortes de financiamento, além daqueles já sofridos, nos perguntamos como este momento de profunda incerteza e instabilidade pode oferecer oportunidades para resistir à lógica do lucro que domina o sistema educacional do Reino Unido e reformular o que a educação significa e gera na sociedade.

Eventualmente, queremos sair desta pandemia com um sentimento mais forte de fazer parte de uma comunidade maior. Contra o medo e o isolamento produzidos pelo atual bloqueio, pensamos ser importante, como sociólogos públicos críticos, reafirmar a centralidade da sociedade e do social para a reconstrução das relações humanas. Não se trata de voltar ao normal porque, como alguns já assinalaram com razão, essa normalidade também faz parte do problema. Em vez disso, trata-se de avançar para um lugar melhor. A sociologia e a sociologia pública deveriam ajudar nisso, de forma crítica, pensamos. Por todos esses motivos, queremos ouvir mais de outros estudiosos e estudantes de sociologia pública sobre seus trabalhos e pensamentos, na esperança de estabelecer conexões entre nós que valorizem e buscar promover o lugar da sociologia pública. Entre em contato conosco se você está interessado em participar desta conversa. ■

Contato com
Michele Grigolo <michele.grigolo@ntu.ac.uk>
Craig Lundy <craig.lundy@ntu.ac.uk>

> Distanciamento social: a relevância da sociologia

Por **Syed Farid Alatas**, Universidade Nacional de Cingapura



Manter a distância (física) durante a pandemia de Covid-19. Crédito: Mick Baker / flickr.com. Alguns direitos reservados.

O tópico é uma desculpa para introduzir o leitor à sociologia. Contudo, como recompensa por essa indulgência, acabarei abordando o tópico do distanciamento social apenas para alegar, no entanto, que o termo é impreciso. Mas precisamos saber o que é sociologia para entender esse ponto.

> O que é sociologia?

Podemos começar com o fundador desta disciplina, Abd al-Rahman Ibn Khaldun (1332-1406 DC), um dos mais notáveis estudiosos muçulmanos do período pré-moderno. Ele fundou uma ciência inteiramente nova que chamou de ciência da sociedade humana (*'ilm al-ijtima' al-insani*). É o que chamamos atualmente de sociologia: o estudo da sociedade. Nas palavras do grande sociólogo alemão nascido na Hungria, Karl Mannheim (1893-1947), a própria sociedade se refere às diferentes formas de convivência dos humanos. Tais formas, que incluem contato social, distância social, isolamento, individualização, cooperação, competição, divisão de trabalho e integração social, permitem que os seres humanos se reúnam, vivam e interajam em vários tipos de associações e grupos que formam comunidades e sociedades. É importante compreender a natureza da sociedade e da vida em grupo se quisermos compreender o comportamento e os eventos sociais. Ibn Khaldun nos ajuda a entender isso.

Para demonstrar como era necessário conhecer a respeito da natureza da sociedade para distinguir entre fato e ficção

na história, Ibn Khaldun deu o exemplo de discussões em obras históricas sobre a descendência do governante marroquino Idris bin Idris (803-828 DC) da dinastia Idrisid. Fofaqueiros sugeriram que o Idris mais jovem era produto de um relacionamento adúltero entre sua mãe e Rashid, um cliente dos Idrisids. O fato, entretanto, é que o pai de Idrisse casou em meio às tribos berberes e viveu entre elas no deserto. O ponto sociológico de Ibn Khaldun era que a natureza da vida no deserto era tal que não era possível que fatos como casos extraconjugais acontecessem sem que toda a comunidade soubesse sobre eles. Se conhecêssemos algo sobre a sociedade do deserto, o modo de vida dos nômades do deserto e as maneiras como eles interagem, ou seja, suas condições sociais, concluiríamos que seria improvável que Idris pudesse ter nascido de um relacionamento ilícito.

A sociologia, portanto, busca compreender a natureza do social e como os fatores sociais desempenham um papel no desenvolvimento das comunidades, sociedades e civilizações. Com o intuito de explicar a interação, a cooperação e a associação humana, as ideias sociológicas, desse modo, muitas vezes acabaram ultrapassando os muros da academia. Elas foram adotadas e expandidas por políticos e influenciaram a formulação de políticas em países por todo o mundo.

> Rajaratnam e Ronald Reagan em Ibn Khaldun

O falecido S. Rajaratnam (1915-2006), ministro das Relações

>>

Exteriores (1965-1980) e vice-primeiro-ministro (1980-1985) de Cingapura, utilizou as ideias de Ibn Khaldun para refletir sobre o futuro de Cingapura no século XXI.

Em um discurso que fez em dezembro de 1979¹ ele tratou da questão de como uma sociedade poderia adquirir e aproveitar a *virtu*, entendida no sentido de qualidades virtuosas de Maquiavel, como orgulho, bravura, habilidade, força e crueldade que permitiam a alguém dominar uma situação. A *virtu* era necessária a uma sociedade para lidar com as forças econômicas, sociais, culturais, políticas e tecnológicas que a lançavam para o futuro, e em face das quais a omissão resultaria em seu declínio. Rajaratnam estava formulando seus pontos de vista durante os dias em que a Revolução Iraniana se desenrolava, o que também o fez refletir sobre a ascensão e declínio da civilização islâmica. Isso o levou a ler *Al-Muqaddimah* de Ibn Khaldun, sua introdução em três volumes à história dos árabes, berberes e outras nações, a conselho de seu amigo sociólogo, Syed Hussein Alatas.

Rajaratnam observou que o conceito-chave de Ibn Khaldun chamado de *‘asabiyya*, que remete ao sentimento de solidariedade grupal, principalmente entre tribos, aldeias e assentamentos pioneiros, foi o que tornou a sociedade nômade mais resistente, forte, corajosa e autossuficiente em comparação com as pessoas que viviam nas cidades. Foram os laços de *‘asabiyya* que permitiram a esses nômades conquistar cidades e formar novas dinastias. A percepção de Rajaratnam o levou a sugerir que a *‘asabiyya* de Ibn Khaldun era a *virtu* de Maquiavel.

Aproximadamente dois anos após o discurso de Rajaratnam, uma frase bem conhecida de Ibn Khaldun foi citada pelo presidente dos EUA Ronald Reagan: *“Deve-se saber que, no início da dinastia, a tributação gera uma grande receita a partir de pequenas contribuições. No final da dinastia, a tributação produz uma pequena receita a partir de grandes contribuições. A razão para isso é que, quando a dinastia segue os caminhos (sunan) da religião, ela impõe apenas os impostos estipulados pela lei religiosa, como impostos de caridade, imposto sobre terras e imposto comunitário”*.

O presidente Reagan citou Ibn Khaldun como um dos primeiros expoentes da “teoria econômica do lado da oferta”, doutrina que norteou muitas das políticas de seu governo e que, segundo a qual, um corte nas alíquotas de impostos estimularia a economia, resultando em uma geração de receitas tributárias maiores. Citando Ibn Khaldun, Reagan disse: *“estamos tentando chegar a pequenos impostos e a grandes receitas”*².

Para Ibn Khaldun, o declínio da *‘asabiyya* associado à busca de luxo entre a classe dominante resultaria em taxas de tributação mais elevadas. O problema surge ao longo das gerações, à medida que a elite governante desenvolve um estilo de vida mais sofisticado e luxuoso, o que exige

um aumento de impostos e contribuições. Estes finalmente alcançam níveis que acabam reduzindo ou paralisando as atividades produtivas, o que por sua vez diminui a receita tributária, causando primeiro uma retração nos ciclos produtivos e fiscais da dinastia e, eventualmente, sua própria morte. Este problema também preocupou Rajaratnam. Ele acreditava que no momento em que Cingapura entrou no século XXI e teve que “guiar com segurança pela *fortuna* – o jogo caprichoso das forças mundiais”, o que se fazia necessário era a *virtu* de Maquiavel ou a *‘asabiyya* de Ibn Khaldun.

> Durkheim e o estudo do suicídio

Enquanto a psicologia é a ciência da mente e da consciência individual, a sociologia estuda a consciência coletiva enquanto fato social. A consciência coletiva abrange as crenças e os sentimentos morais, religiosos e cognitivos que são comuns à pessoa média e mantém a sociedade unida. As explicações psicológicas são direcionadas a indivíduos específicos, ao passo que as explicações sociológicas visam compreender as causas de todo um grupo com base nas características apresentadas por essa coletividade. Émile Durkheim (1858-1917), um dos fundadores da disciplina moderna da sociologia e preocupado em estabelecê-la como uma disciplina distinta, utilizou o estudo do suicídio para mostrar como a sociologia difere da psicologia.

Durkheim estudou o suicídio não apenas por ser um fenômeno social importante, mas também para demonstrar à comunidade acadêmica que a sociologia poderia desempenhar um papel na explicação do que parecia ser um ato individual sobre o qual as explicações psicológicas eram suficientes.

Durkheim queria explicar as diferenças nas taxas de suicídio entre os grupos. Assumindo que os fatores biológicos e psicológicos tivessem permanecido constantes entre os grupos, as diferenças nas taxas de suicídio apresentadas entre eles provavelmente seriam devidas às variações nos fatores sociológicos, e não nos fatores biológicos e psicológicos. Ele testou empiricamente sua teoria, primeiro descartando outros fatores. Por exemplo, ele descartou raça como um fator, pois havia diferentes taxas de suicídio entre grupos pertencentes à mesma raça.

Os fatos sociais específicos que Durkheim utilizou para explicar as diferentes taxas de suicídio entre diferentes povos são o grau de integração e o grau de regulação em uma sociedade ou um grupo. As diferenças no grau de integração e regulação podem resultar em um dos quatro tipos de suicídio: suicídio egoísta, suicídio altruísta, suicídio anômico e suicídio fatalista.

Permita-nos considerar o exemplo de dois desses tipos de suicídio. O suicídio egoísta ocorre devido ao indivíduo não estar bem integrado ao grupo. Se a consciência coletiva for

fraca e as pessoas forem deixadas para buscar interesses privados da maneira que desejarem, esse egoísmo desenfreado pode levar à insatisfação pessoal. Nem todas as necessidades podem ser satisfeitas, e mesmo aquelas que podem irão levar a necessidades supervenientes e, em última instância, à insatisfação e alguns ao suicídio. Todavia, se o indivíduo vive em um grupo fortemente integrado, como uma família ou grupo religioso, isso proporciona uma sólida consciência coletiva e desencoraja o suicídio.

O suicídio altruísta ocorre quando a integração social é muito forte. Um exemplo que ficou famoso é o suicídio em massa dos seguidores do reverendo Jim Jones em Jonestown, Guiana, em 1978. Os seguidores do reverendo beberam de bom grado veneno por sua causa e o deram também aos filhos. Eles foram persuadidos ou forçados a cometer suicídio em virtude de fazerem parte de uma sociedade firmemente integrada de seguidores e acreditar que era seu dever fazê-lo.

Como vimos, a sociologia trata do social: a interação, cooperação e associação entre os seres humanos e como os fatores sociais desempenham um papel em seu desenvolvimento. O que isso nos diz a respeito do distanciamento social?

> Seria realmente um distanciamento social?

Nós começamos a ouvir o termo “distanciamento social” durante a atual pandemia de coronavírus. De acordo com a Organização Mundial da Saúde, praticar o distanciamento significa “manter pelo menos 1 metro (3 pés) de distância dos demais”. Muitos se referem a isso como distanciamento social, ou seja, a prática de manter espaço físico entre as pessoas fora de casa, não se aglomerando e evitando grandes reuniões.

O que se entende por distanciamento social é, na realidade, distanciamento físico. De fato, muitas definições de distanciamento social afirmam que ele também é conhecido como distanciamento físico. Isso nos dá a falsa impressão de que o social e o físico de alguma forma se referem à mesma coisa.

Distância social é um conceito muito importante em sociologia. Enquanto um termo ligado à saúde pública, é relativamente novo, mas em sociologia ele pode ser rastreado desde o período anterior à Segunda Guerra Mundial. Não significa o mesmo que distância física ou

espacial, embora isso não implique que a distância social e físico não possam coincidir.

A distância social refere-se à falta de contato social, independentemente da distância física ou da proximidade. O contato social em si pode ser primário, caracterizado pelas associações frequentes e mais íntimas, que podem ou não envolver interações visuais e auditivas face a face não mediadas com pessoas de nosso grupo primário, como familiares, colegas e amigos. Ou o contato social pode ser secundário, quando envolve associações menos frequentes e menos íntimas com pessoas que não participam do nosso grupo. Em qualquer caso, o contato social diz respeito à proximidade social e às relações sociais entre os indivíduos, independentemente do grau de proximidade física.

Duas pessoas podem estar fisicamente distantes, mas socialmente próximas ou íntimas, isto é, ter contato social. Quando um casal, separado por fronteiras nacionais por conta das restrições de viagens impostas para conter a disseminação do coronavírus, se encontra nas redes sociais, não está praticando o distanciamento social. Eles têm um contato social íntimo, a despeito da distância física.

Por outro lado, é possível estar fisicamente próximo sem ter contato social. Nesse caso, a proximidade física coexiste com a distância social. Tome, por exemplo, duas pessoas cruzando a rua sobre uma faixa de pedestres. Eles não se conhecem, embora possam estar fisicamente próximos. Suas ações ou comportamentos não são orientados um para o outro e não há contato social entre eles. Outro exemplo seria comprar um item em um supermercado. Existe proximidade física, mas o contato social é limitado a uma curta transação monetária.

Neste período de pandemia, precisamos encorajar e reforçar o distanciamento físico, não o social. É o distanciamento físico que se faz necessário para limitar a disseminação do coronavírus. É exatamente por causa do distanciamento físico e da falta de possibilidades de socialização fisicamente próxima que precisamos encorajar outras formas de contato social, e não o distanciamento social.

É hora de pensar e falar claramente sobre o que queremos dizer. Nós deveríamos estar pensando sobre o distanciamento físico e o contato social e como podemos aumentar a proximidade social ao mesmo tempo que mantemos a separação física uns dos outros. ■

Contato com Syed Farid Alatas <alatas@nus.edu.sg>

1. “Raja takes a look at the past and the future,” *The Straits Times*, 21 de dezembro, 1979.
2. Robert D. McFadden, “Reagan cites Islamic scholar,” *The New York Times*, 2 de outubro, 1981.

> Um pioneiro da moderna sociologia indiana

Por **Mir Suheel Rasool**, Universidade da Caxemira, Índia



| Yogendra Singh em 2018.

Yogendra Singh (1932-2020) foi um dos eminentes sociólogos da Índia pós-colonial. Singh foi uma figura de destaque nos círculos intelectuais e acadêmicos por ter realizado um trabalho pioneiro na sociologia indiana acerca de conceitos como estratificação social, mudança/continuidade social, sociologia indiana, modernização e mudança cultural. Seus escritos cobrem uma enorme diversidade de temas e perspectivas, visto que ele navegava de um tópico para outro com igual interesse e facilidade.

Professor Singh liderou o estudo e a dissecação da modernidade e da tradição na sociedade indiana. Grande parte de sua obra se preocupa com a modernidade, tradição e estratificação social. Ele utilizou uma abordagem integrada para compreender e analisar a [sociedade indiana](#). Sua notável e celebrada *magnum opus* [Modernization of Indian Tradition](#) de 1973 abriu novos horizontes para a sociologia

indiana. Ainda enriquecem sua trajetória dez monografias e livros, incluindo *The Image of Man* (1983), [Ideology and Theory in Indian Sociology](#) (2004), e a série editada *Social Sciences: Communication, Anthropology, and Sociology* (2010) onde ele se debruçou sobre a significação dos signos e da comunicação, atuando na interface da teoria informacional e da sociologia.

O professor Singh tinha convicções firmes, como ao encorajar a dissidência e ao usar o diálogo aberto como método de discurso sociológico. Mesmo durante a atual pandemia, seu foco foi reinventar paradigmas sociológicos para desconstruir o cenário de crise das sociedades pós-industriais. Singh era essencialmente realista e acreditava na base empírica das teorias, razão pela qual muitas vezes foi chamado de “cientista social”, elevando-se acima da arregimentação das classificações disciplinares paroquiais. Em um de seus artigos no [Sociological Bulletin](#) ele enfatizou a importância da sociologia do conhecimento, apelando à objetividade e ao realismo. Ele pediu uma desvinculação do “modelo de referência” internacional e fez um [catálogo perspicaz e preciso dos desafios emergentes que a sociologia enfrenta](#). Enfatizou a importância dos estudos de campo que possibilitem o registro e a documentação dos traços existenciais e históricos objetivos de um “espaço social”. Acreditou convictamente na democratização do conhecimento e da ciência. Desenvolveu um modelo integrado para estudar os aspectos estruturais e culturais da sociedade indiana. Ele era da opinião de que o desenvolvimento de uma abordagem específica era necessário para estudar um contexto espacial específico. Em uma de suas entrevistas, ele descreveu a ascensão do nacionalismo de direita como um movimento [consonante com a ascensão das ansiedades da classe média](#) e sugeriu o progresso educacional como um antídoto para a “ameaça crescente” dessa forma de política hipernacionalista.

Yogendra Singh traçou como a sociologia indiana desenvolveu tematicamente seu próprio discurso em torno de “estudos de aldeia” e lutou contra a indigenização de conceitos de 1950 a 1980. A sociologia dominante ainda estava ancorada no funcionalismo americano e a compreensão materialista dialética ganhou força durante esses anos; ambos os desenvolvimentos foram essenciais na formação da sociologia indiana. Singh estava convencido da capacidade inerente da sociologia indiana de se adaptar e se

>>

modificar, como ao incorporar uma contestação entre definir e retrabalhar os discursos universais da sociologia global e a indigenização essencial de concepções em sincronia com a historicidade e especificidade cultural indiana e objetivos de desenvolvimentos social e econômico. Suas visões nos iluminaram sobre como a sociologia indiana, além de importar os conceitos da sociologia ocidental, delineou seu próprio discurso distinto.

Durante sua vida, o professor Singh foi membro de várias organizações e instituições de prestígio. Ele foi o arquiteto principal e um dos fundadores do Centro de Estudos de Sistemas Sociais da Escola de Ciências Sociais da Universidade Jawaharlal Nehru (JNU). Por causa de sua natureza humilde e honestidade intelectual, ele nunca foi excessivamente ambicioso quando se tratou de subir ao topo da hierarquia acadêmica. Suas preocupações eram menos políticas do que acadêmicas, o que se reflete nos escritos que trabalhou ao longo de sua carreira acadêmica. Além de lecionar e projetar o programa de cursos de sociologia em várias instituições indianas, ele transmitiu a muitos de seus alunos e colegas pesquisadores o valor de caminhos racionais e radicais de compreensão da sociedade. Durante sua velhice, desenvolveu sua pesquisa e suas atividades pedagógicas com total vigor e vitalidade.

Os modos de pensar e escrever do Professor Singh tiveram um efeito duradouro na sociologia contemporânea e na sociedade indiana. Articulado em sua abordagem, não acreditava em linhas vagas de pensamento. Ele acreditava no estudo de fatos sociais reais e vidas sociais que determinam as ações e atitudes individuais, ao mesmo tempo que desejava ver uma sociedade construtivamente transformada durante sua própria vida. Ele empreendeu estudos incisivos e completos de questões essenciais que afetam a sociedade indiana. Muitos de seus escritos são tão relevantes e úteis no mundo contemporâneo como o eram quando foram escritos pela primeira vez.

Com sua morte, a Índia perdeu um sociólogo visionário cujas contribuições e esforços para reorientar e modernizar a sociologia indiana nunca podem ser esquecidos. Seu legado indelével deixou uma marca profunda nos corações e mentes dos alunos, no desenvolvimento do espírito de pesquisa e no estudo analítico inquisitivo de temas que confrontam a sociedade. Sempre nos lembraremos dele como sociólogo, professor, filósofo e homem de integridade intelectual impecável. ■

Contato com Mir Suheel Rasool <mirsuhailscholar@gmail.com>

> Sobre a urgência de (re)integração com o radical

Por **S.A. Hamed Hosseini**, Universidade de Newcastle, Austrália



Para desenvolver resistência transformativa, precisamos buscar a integração entre ativismo e estudo transformativo.
Arte de Hamed Hosseini.

A COVID-19 demonstrou que as transformações radicais não são apenas possíveis, mas inevitáveis para evitar maiores implosões. Viver em um estado de crescimento lento ou decrescente – onde o bem-estar coletivo está ganhando primazia sobre o bem-estar hedonista – nos despertou para a inviabilidade de retornarmos ao antigo normal. Agora é a hora de colocarmos nossas mentes em quarentena do vírus cognitivo fatal do mito capitalista, segundo o qual “não há alternativa”. Ainda que dolorosos, os lockdowns proporcionam momentos

de reflexão sobre onde estamos, como chegamos aqui e o que podemos fazer para unir nossa imaginação criativa e ações políticas para moldar o mundo pós-pandemia.

> Onde estamos?

Em suma, na ausência de ações abrangentes e radicais em todo o mundo, nós, humanos, caminhamos rumo a um colapso civilizacional completo. O colapso é provavelmente uma espiral de eventos catastróficos inter-relacionados em cascata: calamidades climáticas regionais, pandemias globais, recessões econômicas, graves crises de alimentos, água e energia, levando a deslocamentos em massa e agitações, conflitos globais e guerras civis, catástrofes climáticas mais severas e a aceleração da atual diminuição da biodiversidade.

> Como chegamos até aqui?

Esse sistema de civilização mundial é caracterizado por sua dependência fundamental de: (1) *Capital* substituindo o trabalho como a fonte final de valor; (2) *Carbono* – combustíveis fósseis ou, de um modo mais geral, *extrativismo*; (3) *Crescimento econômico compulsivo*, por meio da mercantilização implacável das relações socioecológicas e uma apropriação em massa dos bens comuns por vários séculos, sustentada pela promoção constante de culturas consumistas em todo o mundo; (4) *Colonialidade*, ou seja, a continua estratificação das relações de poder e epistemes necessárias para manter a integridade das hierarquias intersetoriais; e, finalmente, (5) *Política corrompida*, estimulada pelo aumento do capital monopolista-financeiro, pelos avanços em vigilância impulsionados por interesses corporativos do Estado, pela dataficação, pela bio e neurotecnologias e pela guerra. Vamos chamar as cinco características intrínsecas acima de 5Cs.

O sistema é inerentemente sujeito a crises, uma vez que os 5Cs exigem uma expansão infinita da capacidade do planeta. Na medida em que já ultrapassamos a biocapacidade da terra, e não dispomos de soluções tecnológicas atuais ou no horizonte que possam reter essa capacidade, as mesmas

>>

características por trás da ascendência da civilização moderna agora contribuem para sua morte.

> Descarbonização não é suficiente

Por um fim em qualquer uma das dependências acima sem desafiar as demais significa condenação. Considere os exemplos de descarbonização como a solução mais popular propagada por instituições progressistas. As novas tecnologias que aproveitam as fontes renováveis enfrentam sérios obstáculos sóciopolíticos e econômicos. Suas taxas de progressão são muito lentas para salvarem o planeta. Mais importante, elas são percebidas por setores da classe dominante como um meio potencial de estender a hegemonia do capital.

As chamadas políticas pós-carbono apenas aumentam a dependência do sistema do resto dos 5Cs, em vez de acabar com ele. As estruturas socioeconômicas e biopolíticas subjacentes, nas quais as revoluções tecnológicas se baseiam e para as quais contribuem, devem ser profundamente desafiadas para que uma transição significativa possa ser possuída e guiada pelas multidões. Isso requer não apenas (1) *Descarbonização*, mas também (2) *Descapitalização*, (3) *Decrescimento*, (4) *Descolonização* e (5) *Democratização* profunda das instituições sociais; em outras palavras, os “5Ds” de uma luta global para salvar a vida organizada. Sendo assim, a descarbonização, se entendida como solução isoladamente adequada, funcionará como uma distração do resto dos “Ds” igualmente importantes.

> O que nós podemos fazer enquanto acadêmicos ativistas?

A forma mais notável da abordagem reducionista para lidar com as crises globais é a recente ressurreição da tecnocracia política. Quanto mais ela falha, mais autoritária se torna. As universidades, como focos de inovação e conhecimento de ponta, estão perdendo sua autonomia para o seu setor corporativo e para os parceiros de negócios que agora são frequentemente suas principais fontes de manutenção na era de austeridade. As Humanidades e as Ciências Sociais enfrentam uma crise de identidade: precisam encontrar um discurso não reducionista no qual possam restaurar seu propósito histórico perdido. Um “saber transformativo radical” precisa ser reinventado para se concentrar em práticas liberadoras para alternativas progressivas (como apresentado pelos autores do *The Routledge Handbook of Transformative Global Studies*).

Em resposta a soluções tecnocráticas ineficazes, testemunhamos recentemente uma explosão de criatividade comunitárias automotivadas e projetos de base que pressionam por transições sistêmicas mais significativas em uma vasta gama de formas. A necessidade histórica de uma profunda mudança civilizacional é bem compreendida por um número crescente de “movimentos 5Ds”.

A década de 2020 pode ser considerada a década mais crucial do século mais crítico da história humana, quando “exigir o impossível” se torna a única opção “realista” para as forças revolucionárias emergentes. A atual conjuntura caracterizada pela intensificação das crises econômicas e ecológicas provavelmente se traduzirá em um descontentamento sem precedentes. Em nossa época, alcançamos um estado em que as anomalias entre a teoria e a realidade não podem mais ser resolvidas sem obter inspiração nas forças radicais locais.

Contudo, essas forças são diversas, não estruturadas e evoluem rapidamente, tornando-as difíceis de compreender. Apenas recentemente, graças ao isolamento social e às desacelerações induzidas pela pandemia, surgiu uma oportunidade sem precedentes para que essas forças transformadoras surgissem por meio de engajamentos on-line com populações mais amplas. Apesar das potencialidades libertadoras da perspectiva 5D, infelizmente, ela ainda é um tópico marginal nas Humanidades e nas Ciências Sociais.

> A necessidade de co-criar conhecimentos comuns

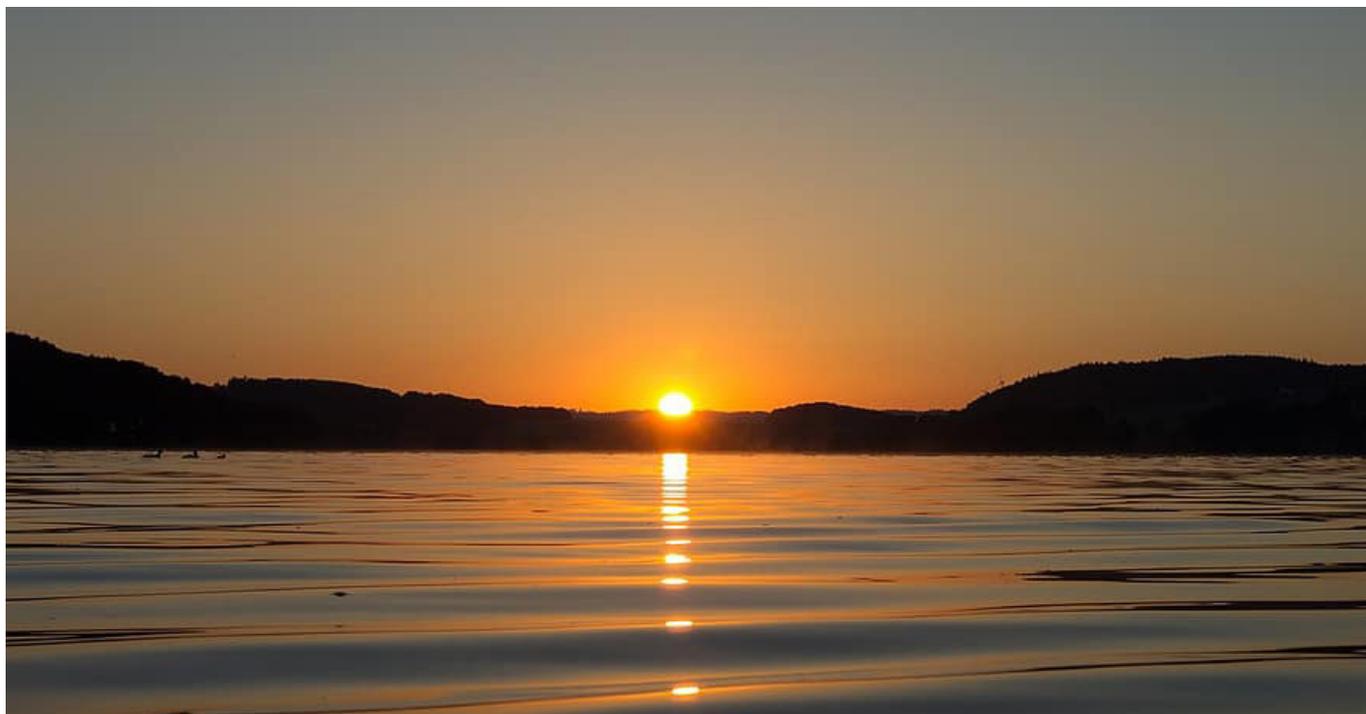
A questão mais impressionante que enfrentamos em nossos compromissos com os 5Ds é como “co-desenvolver” um conhecimento inclusivo, mas dinâmico, do cenário emergente de alternativas; um conhecimento que, por sua vez, capacita esses atores e práticas transformacionais e nos ajuda a reinventar o nosso saber de forma transformadora. Não há razão para acreditar que a intensificação das crises resultará automaticamente no colapso das divisões improdutivas que existem na esquerda global. A expectativa de que fora do mercado de interações contingentes entre incontáveis formas de 5Ds, de alguma forma mágica, um novo paradigma surgirá e acabará com o capitalismo antes que ele acabe com a vida planetária ironicamente se assemelha ao mito neoclássico das “mãos invisíveis” e dos contos de fadas.

No contexto atual, em que os interesses, direitos e necessidades das comunidades são minados pelas preferências do Capital, permanece vital para os esforços sóciopolíticos progressistas, preocupados em construir futuros sustentáveis, autossuficientes, justos e democráticos, resistirem e reverterem os limites do conhecimento capitalista. Sem nos submetermos a uma mentalidade tecnocrática nas Humanidades e nas Ciências Sociais, os avanços metodológicos recentes na informática social podem ser empregados conscienciosamente para fortalecer as práxis libertadoras locais. O poder da big data pode ser aproveitado para co-criar “conhecimentos comuns” com movimentos de base, para orientar e estimular uma transição inclusiva para as eco-civilizações pós-5Cs. ■

Contato com Hamed Hosseini <hamed.hosseini@newcastle.edu.au>

> Para além de “Koyaanisqatsi”: reimaginando a civilização

Por **Barry Gills**, Universidade de Helsinque, Finlândia



Os modelos dominantes de poder e organização social em nossa civilização devem ser profundamente reimaginados e radicalmente alterados em nosso futuro.

Há uma visão emergente na crise atual, ilustrada por comentários recentemente crescentes em todo o mundo, que expressa uma compreensão de que nossa forma atual de ordem mundial e civilização levaram a humanidade e a “natureza” a uma grande crise, e que devemos agir radicalmente para transformar as fundações. A combinação, ou “crise tripla”, dos três Cs – Clima, Capitalismo e COVID-19 – trouxe um impulso para abordar as causas fundamentais desta crise.

> Vivendo em uma época de Koyaanisqatsi

O povo Hopi da América do Norte tem um mito importante e de grande relevância para nossa situação atual: o mito de “Koyaanisqatsi”, muitas vezes traduzido como “vida desequilibrada”, “uma forma de vida que não deveria existir” ou “uma vida louca.” Nesse mito, o ser humano é o guardião de toda a vida, e o nosso propósito é manter o equilíbrio entre todas as formas de vida, perpetuamente. Para tanto, nós mesmos devemos manter um estilo de vida que garanta harmonia com todas as outras formas de vida. No Koyaanisqatsi, no entanto, os seres humanos “perderam

a cabeça” e correram sem rumo para um precipício de destruição causado por suas próprias ações. Tal cultura desconsidera a unidade fundamental e a interconexão da vida. Esquece a sacralidade de toda forma de vida. Esquece seu próprio propósito verdadeiro e esquece a profunda interdependência dos seres humanos com outras formas de vida. Suas ações são “irracionais” e destrutivas. Somente um despertar espiritual verdadeiramente profundo e uma renovação cultural e material podem alterar o curso de tal cultura e salvá-la, assim como a uma miríade de outras formas de vida, do grande dano e destruição que Koyaanisqatsi inevitavelmente trará.

Estamos vivendo em uma época de Koyaanisqatsi. Temos estado sob o feitiço de conceitos totalizantes, como “progresso”, “modernidade”, “desenvolvimento” e “globalização”. Eles nos prometeram prosperidade material, uma era futura de saúde, segurança e liberdade. A verdade, entretanto, é que eles mascararam os processos históricos que levaram à presente crise global.

Os estudos da “queda das civilizações” e das “ameaças ou desafios existenciais” para a humanidade estão agora

>>

cada vez mais legitimados academicamente e até mesmo se tornando “populares”. Esse fenômeno é sintomático da situação em que nos encontramos atualmente, isto é, que estamos vivendo uma “grande implosão”, uma “crise do sistema mundial”, uma “crise geral” de nossa forma dominante de civilização. Muitas causas podem ser identificadas para esta “crise geral”, este “grande declínio”, que chega a nos ameaçar com o “colapso” da civilização. A mudança climática é, sem dúvida, um vetor causal central desta grande crise, mas não é o único e, de muitas maneiras, a própria mudança climática é consequência de processos históricos muito mais fundamentais, subjacentes e de longo prazo. Os processos históricos que induziram esta grande crise incluem a superconcentração da riqueza (oligarquização); a superexploração do trabalho e da “natureza” (ou seja, a superextração de valor do trabalho humano e do mundo natural, aumentando assim a entropia sistêmica); acumulação parasitária e predatória de excedente de capital e de riqueza e “subinvestimento” em infraestrutura socialmente útil e produtiva; e uma lógica sistêmica de obsessão com a mercadorização, a mercantilização e o “crescimento econômico”.

Nossa economia dominante, como disciplina acadêmica e prática real, perpetuou a ilusão de que de alguma forma a economia carece de fundamentos ou limites biofísicos finais. O meio ambiente ou economia ambiental é apenas um subcampo menor na economia dominante, e todos os problemas ambientais contemporaneamente criados pelo sistema econômico dominante são considerados solucionáveis no futuro, principalmente por meio da inovação tecnológica e por meio de princípios e mecanismos em conformidade com o mercado. Essa visão de mundo cega e extremamente otimista já provocou durante décadas complacência, atraso e adiamento aparentemente intermináveis por parte dos mais poderosos atores econômicos e políticos do mundo no que diz respeito a abordar radicalmente as mudanças necessárias para evitar a iminente catástrofe climática e ecológica. Esta visão de mundo panglossiana e a adoração do “mercado” se tornaram a fé dominante da época e têm sido centrais para as ideias globalmente hegemônicas de “neoliberalismo”, “globalização” e até mesmo “desenvolvimento”, como entendido e praticado em todo o mundo.

Crise significa colapso. Crise significa falha do sistema. A crise no mundo atual significa uma ameaça existencial para a humanidade: a “queda” ou mesmo o colapso da

nossa civilização, uma civilização em que a globalização supostamente produziu um sucesso sem precedentes.

> **Koyaanisqatsi também tem a solução**

Qual é a solução? Koyaanisqatsi tem a resposta para nosso enigma. Precisamos de uma “profunda restauração” da nossa civilização, de toda a nossa cultura, tanto espiritual quanto material – uma noção que elaborei em meu artigo publicado em Globalizations no ano de 2020. Precisamos “reinventar a civilização”. As formas fundamentais que constituem os modelos dominantes de poder e organização social em nossa civilização: ou seja, o estado, o capital e a cidade devem ser profundamente reinventados e radicalmente alterados no nosso futuro. A humanidade deve aceitar sua imersão na rede da vida e reconhecer plenamente a realidade dos limites planetários, dinâmicas do sistema terrestre, fundamentos biofísicos e limites biofísicos, limiares ecológicos e de mudança climática e pontos de inflexão, o que em verdade é um sistema de vida global unificado. Nosso rumo futuro deve consistir em uma “grande restauração” da vida terrestre, em toda sua imensa e bela diversidade. Assim sendo, também deve consistir em uma “grande reversão” das obsessões de mercadorização, mercantilização universal e crescimento econômico que até agora têm dominado nossa vida material coletiva. A “re-união” do mundo, tanto material quanto social, será central para esta grande transformação da civilização. A paz, tanto doméstica quanto global, será também um elemento essencial em uma civilização renovada e reinventada. A era das trevas dos últimos séculos, repleta de imperialismo, colonialismo, neocolonialismo, racismo e poder patriarcal, deve terminar agora.

A história é escrita depois, mas o futuro é escrito agora. A nova cosmovisão emergente no contexto da atual crise sistêmica global de fato ecoa como uma cosmovisão muito antiga. A ideia de perpetuar o perdido “normal” pré-COVID-19 é apenas uma grande ilusão. A ideia de voltar aos “negócios como de costume” é uma ideia inevitavelmente catastrófica. Apenas uma transformação radical das formas fundamentais da nossa civilização será suficiente para evitar o desastre futuro. A práxis transformadora de muitos, por muitos e para muitos, detém a única promessa realista e única fonte de esperança para nossa sobrevivência coletiva. Agora não pode haver mais desculpas e retrocessos. ■

Contato com Barry Gills <bkeithgills@gmail.com>

> Rastafari e a reinvenção das Índias Ocidentais

Por **Scott Timcke**, Universidade das Índias Ocidentais, St. Augustine, Trinidad e Tobago e **Shelene Gomes**, Universidade das Índias Ocidentais, St. Augustine, Trinidad e Tobago, e membro do Comitê de Pesquisa em Sociologia da Migração (RC31) da ISA



Uma placa indicando a presença Rastafari em Shashamane, Etiópia em 2009. Crédito: Shelene Gomes.

A coroação de Ras Tafari Mekonnen em 1930 como Sua Majestade Imperial, o Imperador Haile Selassie I, foi, em parte, uma demonstração cinematográfica de orgulho celebrando uma nova era na vida etíope. A 12.500 quilômetros de distância, no Caribe, os pobres jamaicanos negros governados pela monarquia britânica assistiram às cenas do espetáculo no noticiário. Pela primeira vez, eles viram um rei negro.

Registros de arquivos demonstram que, logo depois disso, os jamaicanos trocaram informações, leram jornais e revistas, procurando descobrir o máximo que podiam sobre a Etiópia. Esse potente simbolismo da África foi capturado por Marcus Garvey em sua peça *A coroação do rei e da rainha da África*. Esse olhar atento foi, sem dúvida, uma resposta orgânica aos horrores do capitalismo racial.

> Uma “contracultura da modernidade”

A história do capitalismo parece bastante diferente quando escrita a partir da experiência negra. Embora

incompletos e não isentos de críticas, os rastafáris são emblemáticos do que Paul Gilroy chamou de “contracultura da modernidade”. Os trindadenses C.L.R. James e Claudia Jones inverteram a análise ortodoxa da modernidade para bem ilustrar a centralidade das Índias Ocidentais para o crescimento do capitalismo europeu; os rastafári também são emblemáticos da tendência de projetos emancipatórios estarem sempre já envolvidos em conceitos vernaculares. Isso representa uma inversão da ideia de que a mudança social e o desenvolvimento são mais bem conduzidos por instituições ou projetos dirigidos pelo Estado.

Com efeito, a cosmologia rastafári é um bom exemplo de sujeitos subordinados que idealizaram um novo modo de vida e depois lutaram em conformidade. Assim sendo, reinvenções criativas baseadas no Caribe e no rastafári como essas, que por muito tempo influenciaram a evolução da etnografia e da teoria social caribenha, podem ajudar a inspirar uma sociologia decolonial para este século.

> Elementos de uma sociologia decolonial

Para demonstrar que uma disciplina pode avançar, começamos com a movimentação de pessoas. Combinando dados coletados durante várias visitas de trabalho de campo entre 2008 e 2015 com teóricos sociais pós-coloniais das Índias Ocidentais, viemos a entender a prática espiritual rastafári como o produto de intelectuais orgânicos estabelecidos que procuraram fornecer uma explicação sociológica para suas condições e vida cotidiana. De fato, em sua formação nuclear, a “cosmopolítica” rastafári fornece uma rica descrição dos mundos sociais, como Walter Rodney identificou nos rastafári com quem ele dialogou na Jamaica pós-colonial.

Durante a segunda metade do século XX, ondas de rastafáris organizados migraram do Caribe para Shashamane, na Etiópia. Tendo se estabelecido em um terreno concedido por Haile Selassie I, reservado para africanos em diáspora, esta comunidade urbana representa uma poderosa declaração política sobre como o imaginário social pan-africano pode ser concretizado. A Etiópia também é um lugar que para o rastafári significa a origem da humanidade, bem como um lugar divino e sagrado do Sion. Conseqüentemente, esse acordo é chamado de “repatriação”, o que para nós sinaliza uma “autorreinvenção” e uma agenda concorrente para a mudança social a partir de seus próprios termos.

Devido à sacralidade do local, os rastafári continuam a peregrinar a Shashamane e a apoiar financeiramente a comunidade local. Este apoio é especialmente importante para a sobrevivência, melhoria social e reprodução dos valores rastafári na Etiópia e, por extensão, da própria identidade da comunidade religiosa. A recuperação da dignidade e sua conexão com a divindade é feita na esteira dos horrores de uma longa experiência de subjugação durante o colonialismo. Essa conexão entre “capitalismo e colonialismo” não foi escrita a partir da perspectiva da metrópole londrina, mas sim de pessoas que se mudaram de Kingston para Shashamane.

> A “cosmopolítica” rastafári

Os rastafáris não apenas consideram a Etiópia um bastião de longa data do Cristianismo, mas também a apreciam como o único território africano que nunca foi formalmente colonizado por potências europeias. Com base em uma idealização preexistente da África como forma de resistência cultural, os rastafáris passaram a acreditar que o imperador Haile Selassie I era divino. O pano de fundo dessa crença reside no fato de os povos caribenhos serem bem versados na bíblia. Certamente o rastafarianismo também é uma consequência das práticas religiosas derivadas da

África Ocidental que sobreviveram às travessias atlânticas. Mas também é verdade que, à medida que as organizações religiosas abriram escolas no início do século XX em toda a Jamaica, as imagens bíblicas tornaram-se bem conhecidas das pessoas comuns.

Foi por meio da reinterpretação dessas doutrinas, e não por intermédio de uma organização secular, que a resistência coletiva à supremacia branca ganhou forma. Nessa reinterpretação, encontramos uma das primeiras tentativas orgânicas de descolonizar as práticas cristãs que apoiaram a opressão colonial no Caribe.

Nessa perspectiva, os rastafáris abraçam uma humanidade comum, incluindo aqueles “de fé”, como eles dizem, e aqueles que não se tornaram rastafári. Essa resposta pode ser interpretada como um cosmopolitismo sulista emergente que adere a uma atitude receptiva em relação à multiplicidade cultural. Acreditamos que a receptividade rastafári esteja baseada em uma consciência histórica da sociabilidade caribenha construída a partir da economia de plantation transcontinental, suas hierarquias, ambiente multicultural e atos criativos de autoconstrução. Desta forma, ela é um desafio direto à supremacia branca.

De modo algum o rastafári foi a primeira expressão popular do pan-africanismo – Paul Gilroy, Hilary Beckles e Robert A. Hill, entre outros, relatam inúmeros esforços anteriores. No entanto, suas práticas cotidianas podem ajudar a enriquecer a investigação empírica e conceitual sobre o que chamamos de “solidariedade comum”. A solidariedade comum levanta questões em torno de como pode ser uma imaginação sociológica a partir de uma perspectiva do cosmopolitismo sulista baseada na experiência negra.

Como um exemplo de solidariedade comum, a “cosmopolítica” rastafári pode ajudar os sociólogos a destacar as maneiras pelas quais cenários localizados se interconectam com processos globais. Seguindo a rica descrição oferecida por esses caminhos, pensamos haver potencial de aproveitar a experiência negra para reinventar a sociologia, contribuindo para uma disciplina decolonial e descentrada bem posicionada para conceituar as desigualdades duradouras e emergentes do século XXI. Desse modo, o potencial emancipatório da teoria social “fundamentada” das Índias Ocidentais continua. ■

Contato com
Scott Timcke <stimcke@gmail.com>
Shelene Gomes <sshelene.gomes@sta.uwi.edu>

> Sociologia do Sri Lanka em contextos globais e locais

Por **Siri Hettige**, Universidade de Colombo, Sri Lanka e membro dos Comitês de Pesquisa da ISA em Sociologia da Educação (RC04), Pobreza, Bem-Estar Social e Política Social (RC19) e Sociologia da Juventude (RC34)



Universidade do Ceilão em 1921.
Crédito: Creative Commons.

Como é bem conhecido, muitas sociedades não ocidentais ficaram sob o domínio colonial ocidental a partir do início do século XVI. O Sri Lanka, anteriormente conhecido como Ceilão, uma pequena ilha no Oceano Índico, estava sob o domínio de três sucessivas potências coloniais - nomeadamente portuguesas, holandesas e britânicas — de 1505 até a sua independência dos britânicos em 1948. O país passou por um processo de ampla transformação sob o colonialismo, particularmente durante os 150 anos de domínio britânico. Entre outras coisas, o mais relevante para esta discussão é a mudança

em seu panorama educacional: de um sistema escolar rudimentar dominado por instituições religiosas para um sistema educacional geral mais diversificado. No entanto, nenhum sistema de educação universitária moderna foi introduzido quase até o fim do domínio colonial, tornando necessário que a juventude da elite nativa que ansiava pela educação superior viajasse para o exterior para obtê-la. Portanto, não havia oportunidades para nativos em ascensão para adquirir educação universitária localmente em diversos campos, incluindo sociologia, um assunto já amplamente ensinado em muitas universidades, como as europeias.

> A expansão do ensino universitário

Como a educação universitária foi em grande parte um desenvolvimento pós-colonial, o ensino de sociologia teve de esperar até o estabelecimento de uma universidade local na década de 1940. Com a crescente demanda por educação universitária que se seguiu, várias novas universidades foram estabelecidas nas décadas seguintes. No entanto, o ensino de sociologia permaneceu restrito à Universidade de Peradeniya até 1969, quando o segundo departamento de sociologia foi estabelecido em Colombo, depois de mais de duas décadas após a independência.

>>

É significativo que, após a criação da Universidade de Peradeniya, um departamento de sociologia sob uma cadeira recém-nomeada tenha sido criado lá no início dos anos 1950, sob direção inicial de um sociólogo dos Estados Unidos, o professor Bryce Ryan. Como o meio de ensino era o inglês, era possível usar textos de sociologia disponíveis nesta língua, amplamente usados nos países ocidentais e em outros lugares. No entanto, a situação começou a mudar nos anos seguintes, quando ocorreram mudanças sociais pós-coloniais significativas. O sistema democrático de governo que foi estabelecido mais de uma década antes da independência criou oportunidades para os movimentos anticoloniais articularem as demandas da descolonização e o renascimento das instituições sociais e culturais nativas. A consequente mudança do meio de ensino do inglês para as línguas nativas em 1956, apenas oito anos após a independência, desencadeou um processo de mudança social e cultural com consequências de longo alcance. O êxodo constante de muitos membros de comunidades anglicizadas, incluindo elites nativas urbanas, resultou em uma fuga significativa de cérebros do país.

A conversão de dois mosteiros budistas importantes nos subúrbios de Colombo em duas universidades nacionais em meados da década de 1950 levou a uma expansão significativa da educação universitária, além de outras consequências. Facilitada pela expansão do setor estatal desde a década de 1950, devido ao desenvolvimento liderado pelo Estado, essa tendência continuou nas décadas seguintes, com várias outras universidades sendo estabelecidas em diferentes partes do país, criando mais oportunidades para o ensino superior e mobilidade social ascendente em uma sociedade pós-colonial caracterizada por altos níveis de desigualdade vertical e horizontal. Dado o baixo nível de crescimento econômico prevalecente, essa expansão constante do ensino

universitário resultou em altos níveis de desemprego entre os graduados.

> Uma sociologia insular

A transição do inglês para as línguas nativas, ao longo do tempo, privou a maioria dos alunos monolíngues da capacidade de usar textos em inglês. Embora certos arranjos institucionais tenham sido feitos posteriormente para publicar traduções de textos-chave da sociologia em línguas nativas, recursos e outras restrições impediram a continuação dessa prática. Assim, a maioria dos alunos ficou confinada a anotações de aula nos idiomas locais. Nas décadas seguintes, a maioria dos alunos tornou-se cada vez mais alienada dos textos originais de sociologia amplamente usados em outros lugares. No entanto, a maioria dos graduados em sociologia encontrou emprego como funcionários diversos em instituições estatais, independentemente da qualidade de seu treinamento. Enquanto alguns acadêmicos continuaram a manter contato com universidades estrangeiras por meio de treinamento de pós-graduação e visitas de intercâmbio, outros permaneceram desconectados de encontros acadêmicos internacionais, como participação em reuniões acadêmicas ou publicação de seus trabalhos em periódicos acadêmicos padrão. As tendências mencionadas acima persistiram ao longo do tempo até hoje. A Associação Nacional de Sociologia, fundada na década de 1980 sob a liderança de Ralf Peiris (primeiro professor srilankês de Sociologia da primeira universidade) continua ativa, mas atrai uma minoria de acadêmicos de algumas universidades locais. Além disso, muito poucos sociólogos do Sri Lanka foram membros da Associação Internacional de Sociologia (ISA). A grande maioria dos sociólogos permanece desconectada da ISA e das associações nacionais de sociologia, mesmo na região. Ainda assim, eles permanecem ativos no ensino, realizam pesquisas sobre questões locais e contribuem para periódicos publicados localmente, enquanto graduados em universidades locais frequentemente encontram empregos no governo.

O que fica evidente do que foi dito acima é que, no Sri Lanka pós-colonial, a economia política do nacionalismo anticolonial facilitou a continuação de enclaves de ensino e pesquisa em sociologia em um elevado grau independente de outras comunidades acadêmicas em outros lugares - seja no âmbito global Norte seja no resto do Sul Global -, apesar do processo de globalização da educação privada que permitiu que muitos fora do sistema de ensino público encontrassem alternativas de educação e oportunidades de carreira. É este último grupo, muitas vezes vindo de origens com mais recursos, que permanece conectado ao processo de circulação por meio de circuitos educacionais privados que transcendem as fronteiras nacionais. No entanto, a maioria destes tende a ser nas áreas de ciência, tecnologia, engenharia e matemática, não tanto em artes liberais, incluindo sociologia.

O desenvolvimento da sociologia do Sri Lanka foi claramente moldado pelas mudanças durante e após o domínio colonial. Isso se encaixa bem com os discursos acadêmicos em torno da sociologia do conhecimento contribuídos tanto por teóricos sociais clássicos quanto mais recentes, notadamente Karl Marx (1844), Max Weber (1947), Max Scheler (1960), Wilhelm Dilthey (1958), Karl Mannheim (1936), Norbert Elias (1956), Robert Merton (1957) e Peter Berger e Thomas Luckmann (1966), entre outros. Os processos de produção e disseminação do conhecimento foram moldados pelo contexto sociocultural em evolução do país ao longo do tempo. A atual relação tênue entre a sociologia internacional e a sociologia do Sri Lanka é um reflexo das condições sob as quais os sociólogos no Sri Lanka realizam seu trabalho, em seus ambientes socioculturais e institucionais específicos. ■

Contato com Siri Hettige <hettigesiri@gmail.com>

> Sociologia do Sri Lanka: um olhar através do tempo

Por **Subhangi M.K. Herath**, University of Colombo, Sri Lanka

O desenvolvimento da sociologia do Sri Lanka obviamente não segue uma tradição bem definida, ao contrário da sociologia praticada na Europa ou na América. É uma grande mistura de sociologia e antropologia, com uma inclinação significativa para a antropologia. Duas razões para isso são óbvias: uma é que o Sri Lanka era uma colônia britânica cuja educação universitária foi fundada por educadores britânicos, seguindo o modelo do sistema universitário britânico, no qual a antropologia era uma disciplina próspera nas ciências sociais. A outra é que o país já era um centro de interesse para missionários e viajantes, oferecendo beleza, história e sistemas sociais únicos; para qualquer estudioso que tivesse um olho antropológico, a sociedade e a cultura do Sri Lanka ofereciam um rico laboratório.

No entanto, o ensino de sociologia como disciplina em nível universitário, que começou em 1947 na Universidade de Peradeniya (a primeira Universidade residencial de pleno direito no Sri Lanka), e a contribuição de alguns importantes sociólogos britânicos e europeus e os antropólogos para o ensino e a pesquisa deu uma contribuição significativa para o desenvolvimento da sociologia (e/ou antropologia) do Sri Lanka. Alguns estudiosos renomados da primeira e segunda geração ainda estão ativos e enriqueceram substancialmente o campo, produzindo trabalhos sociológicos de grande valor. Alguns

deles continuaram a atuar como antropólogos tradicionais; cruzar as fronteiras entre a sociologia e a antropologia parece ser uma característica notável da sociologia do Sri Lanka até hoje.

> A evolução de uma “sociologia do Sri Lanka”

Muito do trabalho sociológico que apareceu nas últimas seis a sete décadas tem sido na forma de estudos locais envolvendo debates teóricos macrosociológicos, ou recorrendo a microestudos, ou permanecendo dentro dos limites das “teorias de médio alcance”, se eu puder usar a terminologia introduzida por Robert Merton (1968). Muitos sociólogos da primeira ou da segunda geração basearam muito conscientemente seus trabalhos no corpo internacional existente de teoria sociológica e se engajaram em sua aplicação, teste e questionamento em um nível teórico, dando uma contribuição notável para uma “sociologia do Sri Lanka”. A contribuição de Edmund Leach (1961), que trabalhou no Departamento de Sociologia da Universidade de Peradeniya, para o debate então em andamento sobre o “domínio superestrutural da economia”, ou o trabalho de Tissa Fernando (1972) sobre a insurreição jovem de 1971 no Sri Lanka que viu o evento dentro do quadro do trabalho de Vilfredo Pareto sobre a “transformação das elites”, ou a contribuição de Laksiri Jayasuriya (2000) sobre o neoliberalismo e a política de bem-estar, entre muitos

outros, se enquadram nesta tradição de trabalho teórico sério dentro da sociologia do Sri Lanka. Ao examinar as contribuições feitas por sociólogos do Sri Lanka posteriores, parece que grande parte da atenção foi dada à mudança dos fenômenos sociais no Sri Lanka, como casta e classe, relações agrárias, o sistema político, relações de gênero, religião e cultura, bem como à migração e redes familiares. Nos últimos anos, pode-se observar uma clara mudança de foco em relação às questões sociais emergentes e prevalentes que têm um sério impacto no indivíduo, na sociedade e em diferentes grupos sociais. Durante as últimas cinco décadas, esta sociologia das questões sociais parece ter se estabelecido como “sociologia do Sri Lanka” entre a academia e os leitores em geral.

> Uma “sociologia das questões sociais”

Muito do trabalho que se enquadra nesta “sociologia das questões sociais” em particular parece ter seguido a tradição sociológica introduzida durante o início da sociologia americana, por exemplo, *Sociedade de Esquina*, (1943), de William Foote Whyte, ou *The Gang* (1927), trabalho de Frederic Thrasher, ou *The Polish Peasant in Europe and America* (1918), de Florian Znaniecki e W.I. Thomas, todos contribuindo imensamente para o desenvolvimento de um discurso teórico de microquestões sociais de base local, em vez da sociologia teórica europeia ou da sociologia

“Durante as últimas cinco décadas, esta sociologia das questões sociais parece ter se estabelecido como “sociologia do Sri Lanka” entre a academia e os leitores em geral”

americana de meados do século XX com fortes fundamentos filosóficos. Grande parte do trabalho sociológico publicado no Sri Lanka hoje é baseado em dados coletados por meio de extenso trabalho de campo, tanto no nível qualitativo quanto quantitativo, enfocando uma variedade de questões sociais que surgiram na sociedade do Sri Lanka hoje; entretanto, embora não totalmente desprovido de alguma base teórica, muitas vezes carece do rigor teórico e da robustez conceitual esperados do trabalho acadêmico. Essa situação levou à produção de um imenso corpo de literatura sociológica que quase representa um estilo de “sociologia jornalística”. No entanto, é importante acrescentar que a popularidade de tais estudos entre o público em geral, especialmente porque eles não enredam o leitor em debates teóricos sérios, não pode ser subestimada na obtenção de uma atenção pública mais ampla para o trabalho sociológico.

A maioria das universidades do Sri Lanka hoje se dedica ao ensino de sociologia; no entanto, uma variação

notável prevalece no nível de ensino, bem como no assunto em foco. As consequências dos processos sociais, incluindo a mudança de 1956 na Política da Língua do Estado (que tornou a língua da maioria da população, cingalês, a única língua do Estado, dando nenhum reconhecimento ao tamil, a língua das populações minoritárias, e ao Inglês, a única língua internacional usada no país), a drenagem aguda de cérebros que se seguiu e a mudança do meio de ensino no sistema escolar de inglês para línguas vernáculas, criando uma nova geração privada da oportunidade de aprender uma língua internacional e ter acesso ao conhecimento global ainda são visíveis na produção de conhecimento sociológico. No entanto, dadas as enormes mudanças sistêmicas e estruturais que a sociedade está passando e as inúmeras estratégias adotadas pelas pessoas para lidar com essas realidades cotidianas, a diversidade dentro do corpo emergente do trabalho sociológico é certamente inspiradora.

A questão, no entanto, é: “Pode tal corpo de trabalho sobre a ‘sociologia da vida cotidiana’ ser considerado ‘sociologia’?” Max Weber em seu *A Ciência como Vocação* (1919) escreve: “Hoje em dia, nos círculos da juventude, há uma noção generalizada de que a ciência se tornou [...] um cálculo envolvendo apenas o intelecto frio e não o coração e a alma.” A sociologia não se trata apenas de ver, interpretar e comentar, mas também de “ideias” que surgem com base no “trabalho duro”. Esse trabalho árduo certamente seria facilitado pelo conhecimento fundado por nossos antecessores. A falta de tal rigor teórico, que também é consequência de outros fatores, incluindo a habilidade linguística, a disponibilidade de recursos e o compromisso com o aprendizado profundo de uma ciência real pode obscurecer a diferença entre a sociologia cotidiana e o jornalismo cotidiano. Deveria haver o esforço conjunto dos sociólogos no Sri Lanka para salvar a disciplina sociologia da mediocridade arraigada enquanto ainda há tempo. ■

Contato com Subhangi M.K. Herath
<subhangi@soc.cmb.ac.lk>

> Refletindo sobre paz, conflito e violência

Por **Kalinga Tudor Silva**, Universidade de Peradeniya, Sri Lanka



Civis tâmeis deslocados saem de um território controlado pelos LTTE para um território controlado pelas forças armadas do Sri Lanka durante a última fase da guerra em 2009.

A sociologia do Sri Lanka começou com abordagens etnográficas e históricas de pesquisadores locais e internacionais durante os anos 1960 visando compreender uma sociedade estável e amplamente pacífica. Os estudos desenvolvidos tentaram desvendar os princípios subjacentes que moldam instituições duráveis como parentesco, posse da terra, religião e casta. Quase pegos de surpresa e despreparados para lidar com as realidades emergentes, esses pesquisadores foram confrontados com diversas formas de conflito social violento nas décadas que se seguiram. Este ensaio examina a natureza do conflito violento no Sri Lanka a partir da década de 1970, como os pesquisadores o abordaram de diversos pontos de vista, os desafios encontrados e que lições podemos tirar desses estudos para facilitar a paz.

> Violência aguda e crônica

A violência que eclodiu no Sri Lanka a partir da década de 1970 assumiu várias formas, que variaram de levantes políticos anti-Estado acesos pelo Janatha Vimukthi

Peramuna (JVP). A Frente de Libertação do Povo, um movimento rebelde jovem de estilo marxista no sul do Sri Lanka que produziu uma repressão estatal sem precedentes em 1971 e de 1987 a 1989; os Tigres da Libertação do Tamil Eelam (LTTE), um movimento separatista étnico-nacionalista armado entre os tâmeis no norte do Sri Lanka que produziu uma guerra prolongada de 1983 a 2009, causando graves violações de direitos humanos de ambos os lados; um surto brutal de motins étnicos por turbas cingalesas contra civis tâmeis em julho de 1983; e a orgia de violência por supostos terroristas islâmicos visando turistas e cristãos no domingo de Páscoa de 21 de abril de 2019. À medida que a violência se fortalecia, ela assumia formas crônicas e agudas nas mãos de agentes da lei, bem como de seus oponentes. Todos esses conflitos representaram sérias ameaças à segurança nacional. Houve também episódios regulares de violência pós-eleitoral em cada eleição nacional sucessiva desde os anos 1970, geralmente visando os perdedores. Nas palavras de Jonathan Spencer, “a violência no Sri Lanka é frequentemente uma intensificação

da política normal, em vez de um afastamento total da política cotidiana como tal”.

A maior parte dessa violência foi impulsionada pela identidade, alimentada por uma mente progressivamente unilateral ancorada em uma identidade monolítica, seja ela étnica, religiosa, de classe ou casta. Os conflitos de identidade exigiam uma análise sociológica não apenas porque tinham alguma continuidade com seu assunto na era anterior, mas também porque não eram passíveis de análises estritamente econômicas ou políticas perseguidas por disciplinas relacionadas. A política nacionalista que impulsionou o Estado pós-independência do Sri Lanka foi cada vez mais apropriada pela elite cingalesa-budista em nome da maioria etnoreligiosa que compreende mais de 70% da população. Contramobilizações por tâmeis e minorias muçulmanas pediram uma compreensão da interação dinâmica entre identidade, interesses e mobilizações coletivas em um ambiente pós-colonial com diversas amarras etnonacionalistas.

> Minando o empreendimento sociológico

Esses desenvolvimentos também colocaram sérios desafios à sociologia e à antropologia em particular. A ideologia cingalesa-budista dominante, por exemplo, buscava suprimir qualquer compromisso crítico interno. Por exemplo, *Buddhism Betrayed?* (1992), de S.J. Tambiah levantou o paradoxo do budismo, uma doutrina estritamente não violenta, sendo instrumentalizada para provocar violência contra os tâmeis. O livro foi banido no Sri Lanka e uma série de peças de propaganda contra ele em língua cingalesa foram produzidas por acadêmicos nacionalistas cingaleses não apenas atacando seu autor, um antropólogo do Sri Lanka reconhecido internacionalmente de origem protestante tamil, mas também a própria disciplina. Essa mentalidade também forneceu o contexto para toda uma geração de sociólogos do Sri Lanka, incluindo Gananath Obeyesekere, H.L. Seneviratne, Kitsiri Malalgoda, Valentine Daniel e Chandra Jayawardena migrar para o exterior e continuar sua pesquisa crítica sobre o Sri Lanka de fora do país. Apenas um punhado de sociólogos, liderados por Newton Gunasinghe, optou por continuar a batalha de dentro. Frequentemente, a posição do pesquisador entrava em conflito com o nacionalismo hegemônico, atacando qualquer contestação de dentro ou de fora. Da mesma forma, o LTTE reagiu violentamente contra qualquer dissidência de intelectuais tâmeis, marcando-os como traidores da luta tamil. Assim, a dinâmica do conflito minou o próprio empreendimento sociológico, tornando a análise objetiva independente difícil, senão totalmente impossível.

À medida que a guerra avançava, a violência se tornou mais arraigada, com setores das forças de segurança, milícias civis, gangues armadas e traficantes de drogas trabalhando em conluio ou conflito entre si, dependendo do contexto. A guerra finalmente terminou em 2009, mas a violência continuou na forma de uma onda de hostilidades antimuçulmanas instigadas por monges budistas militantes de 2012 a 2020, os devastadores ataques do Domingo de Páscoa por grupos islâmicos suspeitos em 21 de abril de 2019 e os contra-ataques de 13 de maio visando muçulmanos inocentes em áreas selecionadas. Além da violência física, houve destruição de propriedade, intimidação, ameaças, coerção, campanhas de ódio usando meios de comunicação de massa/mídia eletrônica e a rotinização de práticas discriminatórias por agências estatais e civis. Como muitos pesquisadores apontaram, uma cultura de impunidade foi se estabelecendo gradualmente.

> Os danos das políticas majoritárias

A política estatal relativa ao idioma oficial é um exemplo disso. A política de "somente o cingalês" promulgada pelo Mahajana Eksath Peramuna (Frente Unida do Povo), aliança pró-cingalês, eleita com apoio popular maciço em 1956 procurou superar as desvantagens do homem comum vis-à-vis a classe privilegiada de língua inglesa que governou o país a partir da era colonial. A política de língua oficial na verdade alienou os tâmeis do Estado do Sri Lanka, também limitando sua capacidade de ingressar no cobiçado emprego no setor estatal. O viés majoritário do Estado não

conseguiu fazer a elite do Sri Lanka perceber que isso inevitavelmente marginalizaria os falantes do tamil. A sociologia estava emergindo como um assunto no Sri Lanka na época, e a pesquisa sobre a política linguística era amplamente conduzida por acadêmicos nacionalistas cingaleses que apoiavam as políticas oficiais. O lado negativo dessa política tornou-se evidente alguns anos depois e uma abordagem mais concessionária ao uso do tamil surgiu dentro do próprio Estado. No entanto, a essa altura, o dano já havia sido causado.

As políticas estatais de educação, colonização e desenvolvimento seguiram o mesmo padrão das línguas oficiais. Elas foram claramente concebidas para beneficiar a maioria cingalesa com os principais partidos políticos cingaleses envolvidos em um processo de superação competitiva para mimar a comunidade majoritária. A dinâmica estrutural e cultural muitas vezes funcionou em uníssono para produzir legitimidade para a espiral de violência que engolfava a nação insular.

Quanto às implicações para a construção da paz, é improvável que quaisquer intervenções *ad hoc* tenham sucesso. Isso ocorre porque uma certa arquitetura política foi desenvolvida no Sri Lanka pós-independência com mecanismos embutidos para sabotar qualquer violação dos preconceitos arraigados. Embora pequenas mudanças às vezes possam produzir mudanças catalíticas, estamos em uma situação em que qualquer concessão às minorias será abortada. Este é o principal desafio para a sociologia do Sri Lanka aqui e agora. ■

Contato com Kalinga Tudor Silva
<kalingatudorsilva@gmail.com>

> Analisando a violência: a formação do Estado do Sri Lanka

Por **Farzana Haniffa**, Universidade de Colombo, Sri Lanka

Julho de 1983 tornou-se uma data crucial no Sri Lanka, que muitos olham para trás como um sinal do início do conflito étnico. É visto como o ponto que exemplifica a ruptura das relações entre um governo predominantemente cingalês do sul e os tâmeis do Sri Lanka, e o início da emigração tâmil e da diáspora. É também o momento em que, como Pradeep Jeganathan também discutiu, a disciplina da antropologia começa a se interessar pela compreensão da “violência”.

Houve várias publicações imediatamente após a violência de 1983. O volume de 1984 de James Manor, *Sri Lanka in Change and Crisis*, recebeu contribuições de um grande grupo de antropólogos, muitos dos quais estavam no Sri Lanka naquele julho. Gananath Obeyesekere, Jonathan Spencer, Elizabeth Nissan e Roderick Stirrat contribuíram com mini ensaios para o volume, todos fazendo pontos importantes. Stanley Tambiah veio apenas dois anos depois, em seguida Bruce Kapferer e muito mais tarde, Valentine Daniel e Pradeep Jeganathan.

> O pano de fundo para 1983

O United National Party (UNP) estava no poder desde 1977 e a liberalização econômica foi introduzida no país em 1978. O autoritarismo do regime do UNP ficou evidente logo após as eleições de 1977 (quando a violência pós-eleitoral anti-tâmil foi permitida continuar sem diminuir por cerca de um mês). Essa tendência aumentou e culminou um ano antes dos tumultos no Referendo de 1982, que permitiu ao governo em exercício — votado por uma maioria de dois terços — permanecer no poder por

mais um mandato sem eleições. A oposição ao referendo foi significativa e tratada de forma bastante dura pela UNP, mobilizando numerosos membros do seu sindicato, o Jathika Sevaka Sangamaya (JSS). O próprio JSS foi criado para minar a base de apoio dos partidos de esquerda dentro do movimento sindical e sua ideologia não era de socialismo, mas de nacionalismo. A ameaça e aterrorização do UNP de todos os que estavam na oposição, incluindo o judiciário, é documentado por Stanley Tambiah (1986) e Gananath Obeyesekere (1984) como pano de fundo para a violência de 1983.

> Análise antropológica da violência

1983 também gerou um conjunto ligeiramente diferente de escritos no país. Jani De Silva documentou a maneira pela qual a produção de conhecimento no rescaldo de 1983 resultou nos importantes volumes *Ethnicity and Social Change in Sri Lanka* (1984) e *Facets of Ethnicity in Sri Lanka* (1987). O primeiro tentou desmantelar o mito da superioridade étnica (cingalesa) e o último criticou o nacionalismo cingalês e tâmil e as características estruturais que possibilitaram ambos. As críticas das ciências sociais foram uma resposta ao “motim” com a esperança de que influenciassem o discurso e a política.

Os antropólogos pareciam também querer encontrar uma explicação “cultural” mais substantiva para a escala e brutalidade da violência que não foram explicadas de forma satisfatória meramente pela descrição da criação das condições políticas e econômicas de possibilidade para o evento.

Os estudiosos procuraram maneiras de explicar a raiva e a violência das turbas (principalmente) cingalesas que um antropólogo caracterizou como “pessoas pacíficas”. Portanto, temos análises como a de Bruce Kapferer e, em certa medida, a de Jonathan Spencer (embora Spencer discorde da caracterização de Kapferer). Essas análises tentam ver os elementos de uma consciência coletiva cingalesa como fornecendo uma estrutura explicativa para a natureza da violência perpetrada no espaço criado pelos excessos políticos do UNP. Kapferer descreveu a violência como demoníaca e argumentou que uma explicação para a violência era a ontologia particular da consciência cingalesa que era semelhante àquela que emergiu no mundo demoníaco do exorcismo. Em uma análise complicada que preservou o contexto em que a violência ocorreu, bem como os antagonismos de classe mobilizados para perpetrar a violência, Kapferer comparou a violência em si a um exorcismo. Spencer via isso de maneira um pouco diferente, como uma extensão da maneira como a política permitia uma liberação do decoro extraordinário que era exigido da vida social cotidiana entre os cingaleses. Spencer argumentou ainda que os ataques foram devido ao fato que os Tigres da Libertação do Tamil Eelam (LTTE) “vencendo” no norte foram eles estarem “fora do script” das histórias contadas pela crônica do templo Mahavamsa. O Mahavamsa, um texto fundamental para a consciência cingalesa em relação aos Tâmeis, bem como para a escrita da história cingalesa, consistentemente descreveu os reis cingaleses como dizimando os invasores “tâmeis”.

Valentine Daniel vê as abordagens cingalesas e tâmeis do passado como pertinentes para a compreensão da ferocidade da violência. Daniel argumenta que uma das condições estruturais para a violência pode ser encontrada na discordância que decorre das diferentes disposições de dois grupos de povos em relação ao passado. Aquele que ele denomina “epistêmico” e o outro “ôntico”. Daniel conclui com o insight poderoso e ainda persuasivo de que a recusa ou o fracasso de reconhecimento do modo de ser dos outros embutidos nessas duas orientações com respeito a si, e as ansiedades e a “dúvida radical” sobre a própria identidade de alguém causadas como um resultado dessa falta de reconhecimento, podem ser entendidos como conducentes à violência.

> **Uma política de antagonismos cultivados**

Daniel e Kapferer foram criticados por suas estruturas “culturalistas” e

essencializantes, com muitos pedindo uma análise melhor desagregada de quem eram os perpetradores e como eles estavam organizados. O que é importante notar, no entanto, é que esta maneira de pensar e escrever sobre 1983 era em si mesma uma maneira de entender a política do Sri Lanka da época como essencialmente influenciada pelos antagonismos do nacionalismo tamil e cingalês. Tal análise impedia uma compreensão das características estruturais que pareciam necessitar da criação e manutenção de tais relações agonísticas e diádicas para o propósito da política.

A produtividade dessa linha de investigação sobre a violência se esgotou com a violência muito mais extraordinária da guerra. Como resultado, o que esses antropólogos viram — animosidades cultivadas assumindo o significado e o status de inimizades primordiais — não foi levado adiante, possivelmente impedindo uma melhor compreensão de um sistema político que requer

a afirmação de antagonismos. Hoje estamos há cerca de uma década no cultivo de outro conjunto de antagonismos — entre cingaleses e muçulmanos — e já experimentamos um ataque de magnitude terrível por parte de militantes islâmicos. Atualmente, somos incapazes de compreender esses desenvolvimentos a não ser por meio de estruturas de terrorismo internacional. É oportuno que revisitemos a produção de conhecimento a respeito de 1983 como uma forma, talvez, de aprender com aquela experiência de cultivo de inimizades. ■

Contato com Farzana Haniffa <ffhaniffa@gmail.com>

> Limites indistintos: antropologia e sociologia no Sri Lanka

Por **Premakumara de Silva**, Universidade de Colombo, Sri Lanka, e membro do Comitê de Pesquisa em Sociologia da Religião do ISA (RC22)

O Sri Lanka tem uma longa tradição de investigação sociológica e antropológica, o que é evidente no extenso trabalho realizado por sociólogos e antropólogos estrangeiros e nativos sobre aspectos da sociedade e cultura do Sri Lanka. Sua notável contribuição para esta tradição é evidente a partir de pesquisas bibliográficas úteis de Ian Goonetilleke (1979), e pesquisas de campo publicadas por Liz Nissan (1987), Bruce Kapferer (1990), Michael Roberts (1997) Tudor Silva (1990, 2000), Susantha Goonatilake (2001), Sasanka Perera (2005, 2014), Siri Hettige (2010) e Siri Gamage (2014). No entanto, neste breve ensaio, concentro-me nas interligações entre a sociologia e a antropologia no Sri Lanka. Destacadas neste ensaio estão certas áreas nas quais antropólogos e sociólogos fizeram pesquisas.

> A antropologia e sociologia se sobrepõem

Já se passaram mais de 60 anos desde que a antropologia e a sociologia foram introduzidas como áreas de estudo nas universidades do Sri Lanka. Não há dúvida de que a sociologia é uma das disciplinas mais populares entre os estudantes universitários hoje. Uma

característica notável da sociologia do Sri Lanka é que uma divisão clara entre antropologia e sociologia não é mantida. Acadêmicos treinados “em casa” ou no exterior nas tradições de antropologia e sociologia geralmente trabalham em departamentos de sociologia nas universidades do Sri Lanka. Como muitos outros sociólogos no Sri Lanka, eu mesmo fui treinado nas duas tradições. Outra característica notável é que a grande maioria dos sociólogos e antropólogos do Sri Lanka concentraram seus esforços de pesquisa no próprio Sri Lanka e poucos fizeram pesquisas em outros lugares. O trabalho de S. J. Tambiah na Tailândia (budismo); Chandra Jayawardena na Guiné e Fiji (trabalhadores de plantações); e Arjun Gunaratne no Nepal (parentesco) são exceções notáveis. No que diz respeito ao conteúdo das disciplinas, é difícil separá-los, uma vez que quase todos os departamentos de sociologia nas universidades do Sri Lanka desenvolveram seus conteúdos de cursos de graduação e pós-graduação com uma mistura das duas disciplinas, muitas vezes desconsiderando os limites que separam a sociologia da antropologia. Os alunos, por fim, recebem seus certificados de graduação sob o rótulo de sociologia. No entanto, alguns argumentam

que atualmente o que é ensinado e produzido em nome da antropologia e da sociologia não é comparável aos padrões internacionais.

> Uma visão histórica

Do ponto de vista histórico, o interesse antropológico e sociológico pela cultura e sociedade do Sri Lanka começou a crescer durante dois períodos históricos diferentes: a antropologia surgiu no período colonial, enquanto a sociologia floresceu no período pós-colonial. Embora a antropologia estivesse muito ligada ao domínio colonial, a sociologia inicialmente evoluiu sob a orientação de uma intervenção acadêmica americana, em grande parte devido à nomeação de Bryce Ryan como o primeiro professor de sociologia na Universidade do Ceilão no início dos anos 1950. A origem da tradição de pesquisa antropológica no Sri Lanka pode ser rastreada até pelo menos o período colonial britânico. O trabalho etnográfico de Seligman sobre a comunidade aborígene Vadda em 1911 pode ser considerado o início dessa tradição. Durante a Primeira e a Segunda Guerra Mundial, o Sri Lanka ficou para trás em termos de pesquisa antropológica. Logo após a independência do Sri Lanka, em 1949,

o ensino da sociologia como disciplina foi introduzido e em 1959 o primeiro programa de graduação completo foi concedido. Em meados da década de 1950, havia muitos textos de grande valor etnográfico/sociológico produzidos por estudiosos do Sri Lanka e estrangeiros. Isso foi construído posteriormente por trabalhos sociológicos e antropológicos de estudiosos como Bryce Ryan (1953), Ralph Peiris (1956), Edmond Leach (1960, 1961), Gananath Obeyesekere (1966), Nur Yalman (1967), Kitsiri Malalgoda (1976), HL Seneviratne (1978) e Bruce Kapferer (1983). Muito da antropologia/sociologia no Sri Lanka pós-independência não abordou diretamente as questões do “Estado-nação” emergente do Sri Lanka, mas sim focou em questões como casta, parentesco, posse da terra e religião popular.

Os antropólogos “estrangeiros” que conduziram muitas de suas pesquisas no Sri Lanka vieram principalmente de universidades britânicas, americanas e australianas. Houve várias contribuições notáveis de antropólogos estrangeiros para o estudo da cultura, sociedade e política do Sri Lanka. No entanto, seus trabalhos antropológicos foram muito influenciados pelo trabalho dos dois antropólogos mais proeminentes que o Sri Lanka produziu: Gananath Obeyesekere e S. J. Tambiah — ambos ganharam destaque durante sua

carreira acadêmica nas melhores universidades norte-americanas. A tradição antropológica/sociológica local foi construída principalmente sobre o trabalho destes antropólogos, embora muitas pesquisas subsequentes feitas por acadêmicos estrangeiros e locais, bem como por pesquisadores de origem do Sri Lanka baseados em outros países tenham feito contribuições significativas para explorar as então negligenciadas e emergentes questões sociais e culturais no Sri Lanka.

> Mudança de preocupações

Desde o início dos anos 1980, a sociologia/antropologia do Sri Lanka mudou a atenção para estudar a violência em grupo na sociedade do Sri Lanka - violência intrassocial envolvendo comunidades étnico-religiosas, bem como grupos desfavorecidos na sociedade, como jovens marginalizados. As gerações pós-independência de sociólogos e antropólogos que deram contribuições significativas nesta área incluíram Newton Gunasinghe, Siri Hettige e Tudor Silva, que acabaram de retornar após seus estudos de doutorado em universidades estrangeiras e começaram a explorar novas áreas de pesquisa, como a desigualdade nas regiões rurais do Sri Lanka, identidade e violência juvenil e saúde pública. É significativo que o trabalho destes acadêmicos

e de outros estudiosos nos últimos anos tenha sido influenciado pelas percepções teóricas e metodológicas de tradições antropológicas e sociológicas estabelecidas há muito tempo.

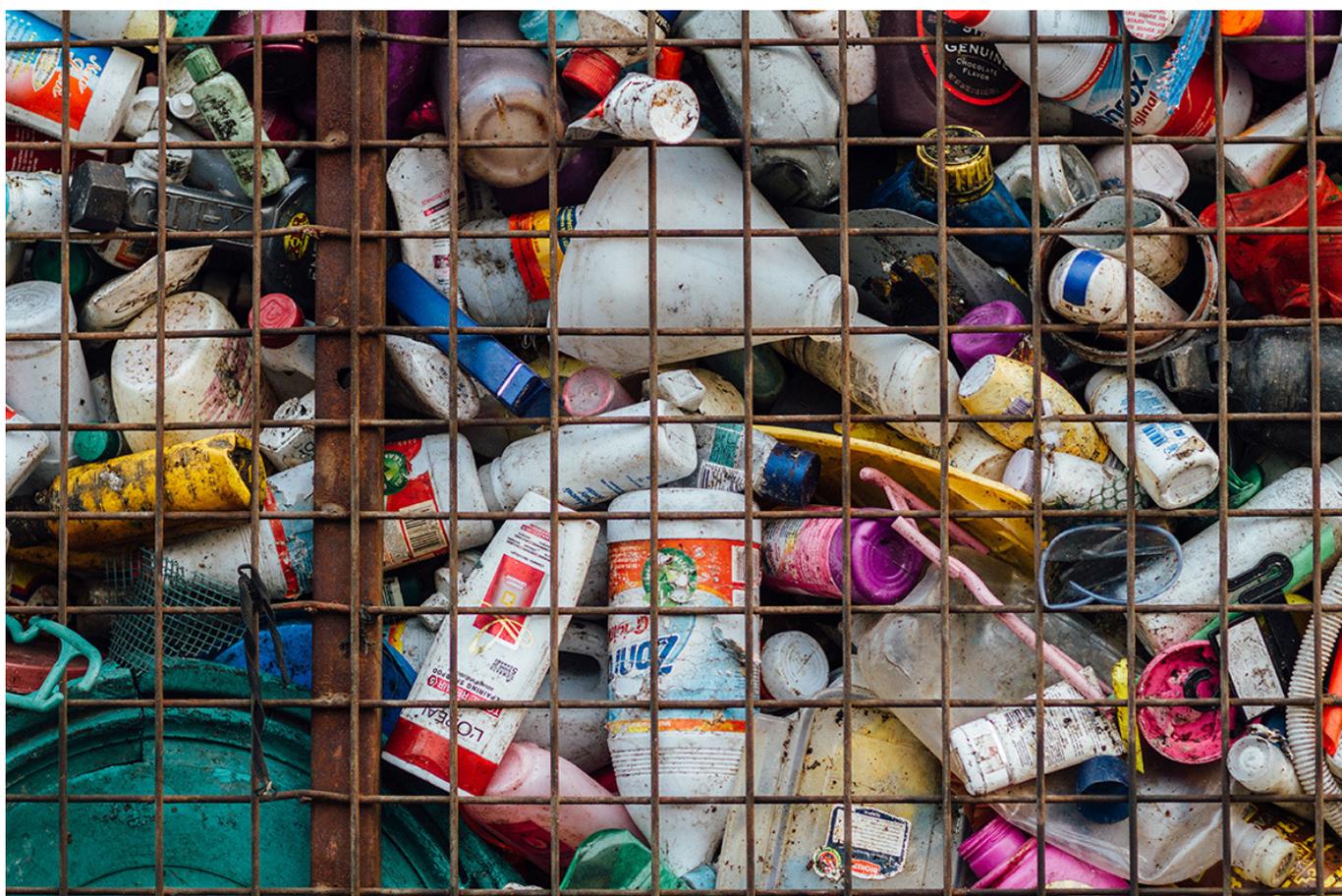
Foi feita uma tentativa neste breve ensaio de fornecer um relato do desenvolvimento da antropologia e da sociologia como campos de estudo, pesquisa e ensino nas universidades do Sri Lanka, desde o estabelecimento do primeiro departamento de sociologia em 1949 até tempos mais recentes. Hoje, onze das quinze universidades do país oferecem pelo menos cursos de graduação nestas áreas. A coexistência de tradições antropológicas e sociológicas em cursos de ensino, pesquisa e publicações é evidente em vários graus no sistema universitário. O que é digno de nota é a diversidade considerável entre as instituições acadêmicas em termos de qualidade de ensino, pesquisa e publicações e a conexão dos acadêmicos com tradições de longa data tanto na antropologia quanto na sociologia. É neste contexto que o trabalho dos acadêmicos nestas áreas provavelmente enfrentará muitos desafios no Sri Lanka na manutenção de um conjunto de padrões compartilhados de ensino, pesquisa e disseminação em um ambiente local e global complexo e dinâmico. ■

Contato com Premakumara de Silva
<prema@soc.cmb.ac.lk>

> Globalização e dependência:

a questão do lixo plástico na China

Por **Pinar Temocin**, Universidade de Hiroshima, Japão



Resíduos de plástico nas Filipinas. Crédito: Adam Cohn / flickr.com.
Alguns direitos reservados.

A globalização pode ser vista como um processo integral em que a transformação ocorre nas esferas social, cultural e econômica da sociedade. Afeta regiões e nações desenvolvidas e em desenvolvimento, desde o nível micro ao macro. A globalização trouxe mudanças significativas ao colocar desafios às nossas vidas. O meio ambiente também foi afetado por ela devido às novas formas de governança econômica.

Um foco nas realidades mundiais sob a globalização nos permite testemunhar a natureza embutida da dominação. O conceito de dependência como parte do processo de

globalização (ou ordem mundial globalizada) lança luz sobre o sistema internacional que se baseia no compromisso entre os países economicamente vitais “centrais” (as chamadas nações desenvolvidas) e os países pobres “periféricos” (então chamados de países em desenvolvimento). No ciclo ecológico, vemos uma correlação entre dependência e exploração de recursos. Isso gerou uma relação não linear em que os países em desenvolvimento parecem dependentes dos desenvolvidos em seu comércio de resíduos (em vez do contrário). Isso pode ser considerado uma consequência da globalização.

A globalização ajudou o Sul e o Norte globais a ficarem

>>

mais conectados, por meio de laços econômicos ampliados. No entanto, a relação tornou-se mais complexa do que nunca quando consideramos suas trajetórias duais. Nesse sentido, um olhar mais atento sobre a hierarquia de resíduos (especialmente a questão do lixo plástico no ciclo da pobreza na China) seria um exemplo ideal para mostrar como funciona essa relação desequilibrada na realidade.

> A questão do lixo plástico na China

O comércio de resíduos plásticos na China (considerado uma “crise” por alguns) é uma das melhores ilustrações de como a dependência opera no novo sistema mundial. A China é o maior importador e processador mundial de resíduos plásticos (como principal destino para lixo reciclável) na indústria global de resíduos, respondendo por 56% do mercado global.

A interdependência dos países pode ter efeitos estruturais problemáticos. Os países exportadores de resíduos se livram das consequências de seu “vício em resíduos” por meio de alternativas e abordagens baratas que focam no descarte fora da vista ao invés da reciclagem. Nem é preciso dizer que esses países lucram com esse status quo de resíduos enquanto desfrutam de melhores condições ambientais. Os países importadores de resíduos (por exemplo, Malásia, Vietnã, Tailândia, Indonésia e outros) sofrem de condições de saúde prejudiciais, exploração de mão de obra, poluição ambiental e outros. Pior ainda, os países importadores parecem não ser capazes de formar uma regulamentação sólida ou mecanismo de controle para restringir a importação de resíduos devido aos seus supostos benefícios econômicos. Embora o comércio de resíduos possa ser visto como uma oportunidade econômica para os países em desenvolvimento, há desarmonia entre a oportunidade e a realidade tóxica. A China, como nação em desenvolvimento, pode ser vista como uma “cobaia” por essa desarmonia que afeta particularmente seu próprio meio ambiente e a saúde pública de sua população por meio do aumento da toxicidade (consequentemente violando o direito de viver

em um meio ambiente saudável, limpo e seguro). Além disso, também afeta os direitos dos trabalhadores que separam os resíduos plásticos de países estrangeiros em condições tão precárias.

Por meio da exportação de resíduos, as pessoas em países desenvolvidos e industrializados (como os EUA, Japão, Austrália, etc.) desfrutam de um ambiente mais limpo e protegido e um estilo de vida mais saudável, enquanto os trabalhadores chineses (lutando contra a poluição do plástico) e as crianças (não frequentar a escola devido ao seu trabalho no setor de reciclagem de plásticos) sofrem por fazer parte da indústria de resíduos. O fluxo de material descartado dos países desenvolvidos para o mundo em desenvolvimento para ser processado fora da vista (em vez de desenvolver indústrias e políticas de reciclagem domésticas) resultou recentemente no fato de que os países pobres são aqueles que enfrentam uma crise socioambiental por causa de interesse próprio e da exportação de resíduos dos países industrializados.

> Conclusão

Embora a questão da reciclagem de resíduos plásticos na China aparentemente tenha sido silenciada ou mascarada pelo crescimento econômico do país nos últimos anos, ela pode ser considerada uma questão de globalização ou desigualdade global, onde a hegemonia contínua sobre a separação e gerenciamento de reciclagem de resíduos pode ser testemunhada. Ao invés de contribuir para o desenvolvimento dentro dos países importadores, o comércio de resíduos global com seus impactos desiguais cria uma “batalha reciclagem” ou “luta de plástico” causada pelo lixo dos países ricos na China (e outros países do Sudeste Asiático). Além disso, reflete a realidade econômica e de resíduos estabelecida em que o controle do Norte Global sobre os países em desenvolvimento resultou em um bloqueio que não permite que o Sul progrida em seu próprio caminho em direção a uma ordem mundial mais justa. ■

Contato com Pinar Temocin <pnrtemocin@hotmail.com>